



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

VITÓRIA GIOVANA DUARTE

**ENTRE ALIADOS E ANTAGONISTAS: AS TRANSFORMAÇÕES NO ATIVISMO
ALIMENTAR NA AGENDA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR (IDEC) ENTRE 2004 E 2019**

**Porto Alegre
2023**

VITÓRIA GIOVANA DUARTE

**ENTRE ALIADOS E ANTAGONISTAS: AS TRANSFORMAÇÕES NO ATIVISMO
ALIMENTAR NA AGENDA DO INSTITUTO BRASILEIRO DE DEFESA DO
CONSUMIDOR (IDEC) ENTRE 2004 E 2019**

Trabalho de Conclusão de Curso de graduação
apresentado ao Departamento de História do
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul,
como requisito parcial para a obtenção do
título de Licenciada em História.

Orientadoras: Prof^a Dr^a Cláudia Mauch e Prof^a
Dr^a Marília Luz David

Porto Alegre
2023

CIP - Catalogação na Publicação

Duarte, Vitória Giovana

Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019 / Vitória Giovana Duarte. -- 2023.

89 f.

Orientadora: Cláudia Mauch.

Coorientadora: Marília Luz David.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Licenciatura em História, Porto Alegre, BR-RS, 2023.

1. ativismo alimentar. 2. ação coletiva. 3. enquadramento interpretativo. 4. teoria ator-rede. 5. alimentos ultraprocessados. I. Mauch, Cláudia, orient. II. David, Marília Luz, coorient. III. Título.

Ao maior freiriano que já conheci, meu professor Enrique Serra Padrós.

AGRADECIMENTOS

Começo agradecendo a todas as mulheres que, de alguma forma, me inspiraram. Algumas de vocês ocuparam o espaço das paredes do meu quarto durante a adolescência; outras ajudaram e ainda ajudam a preencher minha estante de livros; muitas eu tive a honra e o prazer de chamar de amiga, professora e colega; e mais algumas podem encontrar seus nomes nas referências deste trabalho. Observar vocês e suas histórias permitiu que eu me tornasse a mulher que sou hoje. Saber que lá fora tinham mulheres extraordinárias, que eram apaixonadas pelo seu trabalho e faziam ele da melhor forma que sabiam, me inspirou a me apaixonar por algo e fazê-lo da melhor forma que eu conseguisse e soubesse.

Agradeço a Lei de Cotas, que permitiu e ainda permite que pessoas de periferia como eu tenham a oportunidade de ingressarem no Ensino Superior. Ações afirmativas como essa são essenciais para criação de ambientes democráticos, capazes de assegurar o acesso de minorias políticas a posições sociais importantes que, na ausência dessas medidas, permaneceriam excluídas. Obrigada aos movimentos sociais, sobretudo os movimentos negros, que pressionaram e trouxeram a implementação das cotas à luz do debate público e ao Partido dos Trabalhadores que ouviu essas reivindicações e as transformou em política pública, o que demonstra a importância de ter um governo verdadeiramente democrático e disposto a atender as demandas da sua população.

Agradeço à professora Cláudia por aceitar me orientar e ter feito isso com tanto cuidado. Desde a primeira vez que busquei a Cláudia e contei sobre meus planos para o trabalho e para o que faria a seguir, ela me escutou e buscou me amparar de todos os jeitos que soube. A paciência e a dedicação dela foram essenciais para a construção dessa pesquisa. Obrigada por todos os finais de semana que dedicastes à leitura da minha monografia.

Agradeço também à Marília pela orientação desse trabalho e por uma série de outras coisas que ficam cada vez mais difíceis de serem nomeadas uma por uma. Ao longo da minha graduação, fui aluna, monitora e orientanda dela. Foi com a Marília que aprendi a maior parte do que sei sobre pesquisa, e foi com a Marília também que aprendi muita coisa – muita coisa mesmo – sobre ser professora. Sou principalmente grata por todo o apoio e incentivo que recebi durante todos os anos que nos conhecemos. Me sentir validada enquanto pesquisadora por ela foi essencial para que eu chegasse até aqui. Eu já vi a Marília exercendo muitos papéis ao longo dos anos, o de educadora continua sendo o meu favorito. Parafraseando Jane Austen: se eu te admirasse menos, talvez fosse capaz de falar mais sobre.

Agradeço minhas professoras. Sou eternamente grata às educadoras que me inspiraram até aqui. Do ensino fundamental até a universidade, tive a sorte de encontrar profissionais incríveis, as quais constantemente me fizeram sentir gosto pelo conhecimento e tiveram forte influência na minha decisão de me tornar uma educadora também. Agradeço, sobretudo, à Karin e ao Enrique, a primeira porque sempre acreditou em mim e até hoje me deixa saber o orgulho que ela sente em me acompanhar, e o segundo por ter me apresentado inúmeras formas de exercer uma docência baseada no afeto, que me marcou profundamente e me faz carregar ele junto a mim em todas as salas de aulas nas quais me manifesto – e por todos os toddynhos que me deixou guardar na geladeira dele.

Agradeço às servidoras e terceirizadas da UFRGS que fazem a existência da Universidade algo possível. Em especial, às funcionárias da Biblioteca de Ciências Sociais e Humanidades que me acolheram tão bem durante o período em que fui bolsista lá. Sou grata à Cati, Fabi, Luzi e ao Léo pela amizade, implicância, e por sempre tornarem as horas do meus turnos mais divertidas.

Agradeço ao PEAC e todo o time incrível do projeto que me acolhe desde 2017. Primeiro, como aluna. Depois, como professora. Ingressei na UFRGS por causa dele e tive a felicidade de assistir diversas alunas minhas fazerem o mesmo. Agradeço, sobretudo, o time da História por todos os “corres” que fizemos junto. É uma honra lutar pela educação popular ao lado de vocês.

Agradeço às amigas que estiveram comigo durante minha trajetória acadêmica. Primeiro, agradeço ao meu “grupinho”, que me acompanhou desde o início da graduação: a Ana Klaudia, o Andrei, a Beatriz, o Luís, a Natália e a Paola. Agradeço também o Dani, a Elisa, o João Vitor, o Leko, a Lília, a Maju, a Manu e o Vander. Obrigada por todos os textos que escrevi e obriguei vocês a lerem, por todas as disciplinas que fizemos juntas, pelos intervalos que nos demos de forma independente e pelas vezes que voltamos à aula 30 minutos após sairmos como se nada tivesse acontecido, pelas filas enormes do RU que encaramos juntas, pelos encontros que marcamos e não fomos, pelas festinhas e, principalmente, por todas as gargalhadas e bobagens que falamos pelo Campus e fora dele. Ter vocês do meu lado fez todos os sufocos acadêmicos (e da vida no geral) parecerem coisa boba.

Agradeço também minhas amigas que não fizeram diretamente parte da minha vida acadêmica, mas estiveram presentes em tantos outros campos, tão valiosos quanto. Sobretudo, à Victória, que é e sempre vai ser a minha pessoa, à Rita, Emanuely e ao Deivid, Matheus e Rodrigo, que me acompanham há anos. À Ana Cláudia, Guilia, Lucas e Valen, que entraram na minha vida há pouquíssimo tempo e já ocupam um espaço enorme nela. Tenho uma lista enorme

de pessoas que amo e que me amam de volta. Saber que posso contar com vocês me traz conforto, mesmo nos momentos mais caóticos.

Agradeço às pesquisadoras generosas e inspiradoras que conheci no TEMAS e todo o sistema de suporte que o grupo me proporcionou, principalmente à Ângela e Júlia pelos incentivos, conselhos e torcida. Também sou muito grata às pessoas do SOPAS, que sempre acolheram a mim e às minhas ideias tão bem. Agradeço as colegas que encontrei no CLOSE e às experiências que pude ter a partir dele, em especial à Nívia, com quem compartilhei minha jornada no Centro desde o início, e ao Benito, que foi um orientador impecável. Ter a oportunidade de acompanhar os trabalhos das integrantes de cada grupo, as discussões e a elaboração de projetos enriqueceu a minha trajetória enquanto pesquisadora muito mais do que eu saberia explicar.

Agradeço às minhas entrevistadas por aceitarem conversar comigo sobre suas experiências e responderem meus questionamentos com seriedade. Obrigada por confiarem em mim, na minha pesquisa e na ética do meu trabalho.

Agradeço aos meus pais, por todos os sacrifícios que eles precisaram fazer para permitir que eu chegasse ao Ensino Superior. Agradeço à minha irmã, por me amar tanto e me deixar saber disso.

Agradeço à Chiquinha II, minha gata, que não me ajudou em nada. Pelo contrário, atrapalhou meus estudos inúmeras vezes miando por comida e atenção – principalmente comida.

Por último, agradeço à Renata, minha psicóloga. Eu não teria chegado até aqui sem ela. Não inteira.

Tenho a sorte absurda de ter ao meu lado pessoas que, apesar dos meus constantes auto-isolamentos, escolhem permanecer. Não existe uma fração do meu ser que não seja permeada por cada uma das pessoas que passaram pela minha vida e me ensinaram a ser uma versão maior, mais bonita, alegre e aberta de mim mesma. Nas palavras de bell hooks: “O poder transformador do amor é o fundamento de toda mudança social significativa. Sem amor nossas vidas são sem significado. O amor é o coração da questão. Quando tudo mais se for, o amor sustenta”. A Vitória que escreveu esse TCC é a Vitória atravessada pela passagem de cada uma de vocês. Obrigada.

Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática.

bell hooks, O feminismo é para todo mundo.

RESUMO

Esta monografia analisa as transformações que ocorreram na agenda de ativismo alimentar do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre os anos de 2004 e 2019, e de quais formas essa organização contextualiza a sua realidade e transforma determinadas práticas alimentares em um problema. Para atingir esse objetivo, busco: (1) identificar o eixo organizador da agenda do Idec em relação a práticas alimentares entre os anos de 2004 e 2019; (2) mapear e seguir os diferentes atores com os quais o Instituto forjou alianças ao longo dos anos; (3) analisar como a entidade problematiza o consumo e a qualidade de alimentos ultraprocessados. Desde 1987, quando o Idec foi criado, a alimentação é um dos temas centrais do Instituto. Contudo, as demandas em torno dela, que antes estavam mais voltadas à segurança e qualidade sanitária dos alimentos, passaram a se concentrar nos riscos alimentares ligados à produção industrial, em especial ao desenvolvimento das doenças crônicas não transmissíveis (DCNT). O trabalho de campo foi realizado entre agosto e novembro de 2022 e consistiu em mapeamento e análise de documentos escritos produzidos pelo Idec, entrevistas semiestruturadas com funcionárias e ex-funcionárias da organização e participação em eventos promovidos pelo Idec na cidade de São Paulo. Os dados foram tratados com o auxílio do software NVivo, por meio da codificação por “nós”. O referencial teórico articula as perspectivas dos enquadramentos interpretativos e da Teoria Ator-Rede, além da literatura sobre sistema alimentar e ativismo alimentar no Brasil. Esse trabalho espera contribuir com os estudos sobre grupos brasileiros que se organizam em torno das práticas alimentares e expandir a linha de pesquisa em ativismo alimentar. Por fim, concluo que as transformações na agenda de ativismo alimentar do Idec aconteceram devido às constantes associações da entidade com outras organizações e às mobilizações de mediadores que ajudaram o Instituto a moldar a sua realidade social, identificando aliados, antagonistas, problemas e soluções para as questões vinculadas à alimentação no Brasil.

Palavras-chave: ativismo alimentar; ação coletiva; enquadramento interpretativo; teoria ator-rede; alimentos ultraprocessados.

ABSTRACT

The following monograph analyzes the transformations that occurred in the food activism agenda of the Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) between the years 2004 and 2019, and in which ways this organization contextualizes its reality and transforms certain food practices into a problem. To achieve this objective, I seek to: (1) identify the organizing axis of Idec's agenda in relation to dietary practices between the years 2004 and 2019; (2) to map and follow the different actors with which the Institute has forged alliances over the years; (3) analyze how the entity problematizes the consumption and quality of ultra-processed food. Since 1987, when Idec was created, alimentation has been one of the Institute's central themes. However, the demands surrounding it, which used to be more focused on the safety and sanitary quality of food, began to focus on food risks linked to industrial production, in particular the development of chronic non-communicable diseases (NCD). Field work was carried out between August and November of 2022 and consisted in the mapping and analysis of written documents produced by Idec, semi-structured interviews with employees and former employees of the organization and participation in events promoted by Idec in the city of São Paulo. The data were treated with the help of the NVivo software, through coding by "nodes". The theoretical framework articulates the perspectives of the interpretive frames and the Actor-Network Theory, in addition to the literature on the food system and food activism in Brazil. This work hopes to contribute to studies on Brazilian groups that are organized around food practices and expand the line of research in food activism. Finally, I conclude that the transformations in Idec's food activism agenda happened due to the entity's constant associations with other organizations and the mobilizations of mediators that helped the Institute to shape its social reality, identifying allies, antagonists, problems and solutions to the issues linked to food in Brazil.

Keywords: food activism; collective action; interpretive frames; actor-network theory; ultra-processed food.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABIA – Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação
ABIR – Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas
Anvisa – Agência Nacional de Vigilância Sanitária
CDC – Código de Defesa do Consumidor
CFN – Conselho Federal de Nutricionistas
CLOSE – Centro de Referência da História LGBTQIA+ do Rio Grande do Sul
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
Colansa – Comunidade de Prática América Latina e Caribe Nutrição e Saúde
Consea – Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional
DCNT – Doenças crônicas não transmissíveis
ERE – Ensino Remoto Emergencial
ESCT – Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia
ESOCITE – Associação Nacional dos Estudos Sociais da Ciência
FAO – Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
GHAI – Global Health Advocacy Incubator
IBFAN – International Baby Food Action Network
IC – Iniciação Científica
Idec – Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor
IDRC – International Development Research Centre
IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
Luppa – Laboratório de estudos sobre os usos políticos do passado
NUPENS – Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde
ONG – Organização não governamental
OPA – Observatório de Publicidade de Alimentos
PEAC – Projeto Educacional Alternativa Cidadã
PENSSAN – Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar
PFZ – Programa Fome Zero
PNAN – Política Nacional de Alimentação e Nutrição
PPGS – Programa de Pós-Graduação Sociologia
PROCON – Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor
RNF – Rótulo nutricional frontal
SAN – Segurança alimentar e nutricional
Sesc – Serviço Social do Comércio
SOPAS - Sociologia das Práticas Alimentares
SP – São Paulo
SUS – Sistema Único de Saúde
TAR – Teoria Ator-Rede
TCC – Trabalho de Conclusão de Curso
TEMAS – Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade
TPP – Teoria do Processo Político
UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1. Introdução	13
1.1 O percurso até a escolha do tema e a escrita desta pesquisa	16
1.2 Fontes e metodologias de pesquisa	19
1.3 Divisão dos capítulos	22
1.4 Justificativa	23
1.5 Uma brevíssima nota sobre escolhas	24
2. Contextualização do problema de pesquisa e do material teórico	26
2.1 História do Tempo Presente, enquadramento interpretativo e TAR no estudo da ação coletiva	26
2.2. Ativismo alimentar no Brasil e a problematização dos alimentos ultraprocessados	30
2.3 O avanço dos direitos das consumidoras no Brasil e o surgimento do Idec	34
3. Seguindo os atores: como as novas associações ajudaram a transformar o ativismo alimentar do Idec	40
3.1 “Pessoas ligadas mais à vigilância sanitária que apoiavam esse tema”: os alinhamentos que permitiram a criação e transformaram o Programa de Alimentos do Idec	41
3.2 Resiste aquilo que é instável: enquadramentos simbólicos e materialidade na análise dos agrupamentos	49
4. Quem procura, acha: mapeamento de antagonistas e soluções para construir a ação coletiva	52
4.1 Como os ultraprocessados foram eleitos pelo ativismo alimentar os vilões da alimentação adequada e saudável	53
4.2 “Lobby do bem”: o uso do <i>advocacy</i> para barrar os avanços das produtoras de ultraprocessados	56
4.3 Da margem ao centro: o papel das consumidoras na agenda do Idec	61
5. Considerações finais	65
Fontes	70
Referências	73
Apêndices	77
Anexos	82

1. Introdução

O documento é uma coisa que fica, que dura, o testemunho, o ensinamento (para evocar a etimologia) que ele traz devem ser em primeiro lugar analisados, desmistificando-lhe o seu significado aparente. O documento é monumento. Resulta do esforço das sociedades históricas para impor ao futuro – voluntária ou involuntária – determinada imagem de si próprias. No limite, não existe um documento-verdade. Todo documento é mentira. Cabe ao historiador não fazer o papel de ingênuo.

Jacques Le Goff

Este é um trabalho sobre ativismo alimentar no Brasil e as mudanças que ocorreram nas suas mobilizações e pautas nas últimas duas décadas. Minha análise se dá a partir de um grupo em específico, o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec), uma organização da sociedade civil brasileira, fundada em 1987 por um grupo de voluntárias, no contexto de transição política civil¹ do Brasil e de mobilização pelos direitos das consumidoras no mundo, e que atua como uma organização não governamental (ONG) desde a sua criação. Interessa analisar as transformações históricas na agenda de ativismo alimentar do Idec, atentando para como tal organização tem problematizado certas questões alimentares e de saúde em uma perspectiva ampliada, se alinhando a diferentes atores e incorporado novas práticas e recursos ao longo dos anos. Para tanto, busco: (1) identificar o eixo organizador da agenda² do Idec em relação a práticas alimentares entre os anos de 2004 e 2019; (2) mapear os diferentes atores com quem o Idec forjou alianças ao longo desses anos; (3) analisar como o Idec problematiza o consumo e a qualidade de alimentos ultraprocessados.

O Idec se apresenta enquanto uma organização que defende a ética na relação de consumo e que luta pelos direitos das consumidoras-cidadãs. Embora a entidade atue em vários campos de defesa dos direitos da consumidora (e.g. saúde e mobilidade), o interesse nesta

¹ Adoto a expressão “transição política civil” para me referir ao período da presidência de José Sarney (BAUER, 2022) porque não entendo este como democrático. Entre 1985-1988, o Brasil vive uma situação muito delicada: não existe mais uma ditadura propriamente dita, mas o seu presidente é eleito de forma indireta e governa o país sem uma Constituição Federal. O processo de eleições diretas e a existência de uma Constituição, que regula e organiza as atuações do Estado, são princípios básicos de um regime político verdadeiramente democrático. Assim, o termo também é utilizado para demonstrar essas tensões e disputas que existem na historiografia brasileira em relação ao período.

² Entendo por “agenda” o conjunto de compromissos, condutas e estratégias adotadas pelo Idec para construção das suas ações relacionadas às práticas alimentares.

pesquisa é analisar as suas mobilizações e transformações relacionadas especificamente à alimentação. Dentro deste escopo, a atuação do Idec, que inicialmente voltava-se à segurança e qualidade sanitária dos produtos, desde o início da década de 2010, tem priorizado temas vinculados à criação de ambiente alimentares saudáveis, ao aumento das restrições ao uso de agrotóxicos, às informações nutricionais mais claras e simples nos rótulos dos produtos, à rotulagem frontal de alimentos industrializados e regras mais rigorosas para a publicidade em alimentos, principalmente voltados a crianças, e à promoção da alimentação saudável, com foco na prevenção de doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), e sustentável, com incentivo ao consumo de alimentos orgânicos.

O Idec divide as organizações com quem forma alianças em dois grupos: apoiadoras e parceiras. Apoiadoras são as organizações e fundações independentes que prestam apoio financeiro e/ou institucional. As ações do Idec são mantidas principalmente pelas contribuições de associadas³, por doações e pela assinatura da Revista do Idec. O Instituto tem como parceiras outras organizações com quem declara compartilhar objetivos e valores que fortalecem a sua atuação. Relações de apoio e parceria podem ser feitas com organizações, redes da sociedade civil, órgãos governamentais, fundações e agências de cooperação e fomento à pesquisa, nacionais e/ou estrangeiras. Nesse sentido, as campanhas e produções (e.g. de cartilhas, manuais, atualizações do *site* e publicações no Instagram) do Instituto buscam sempre dialogar com essas organizações e com as consumidoras (que se dividem entre associadas e não associadas), a fim de demonstrar quais são as movimentações e conquistas realizadas pelo Instituto e convencer esses atores sobre seus objetivos e resultados.

**

Um dos desafios de estudar a ação coletiva é o foco nos recursos simbólicos mobilizados por ela. Com frequência, os estudos de movimentos e organizações tendem a voltar sua atenção exclusivamente às estratégias discursivas, negligenciando a materialidade e agência dos atores não-humanos. Por isso, o que proponho é articular as perspectivas dos enquadramentos interpretativos proposta por Benford e Snow (2000), que privilegiam a análise da ação coletiva em termos simbólicos, e a Teoria Ator-Rede (TAR), que, entre outras coisas, parte da materialidade e agrega os não-humanos à análise (LATOUR, 2012).

³ As “associadas” do Idec são pessoas que contribuem financeiramente, de forma mensal ou anual, com o Instituto e que possuem algumas vantagens em relação ao público geral, como um canal de comunicação direta com especialistas do Código de Defesa do Consumidor (CDC), inscrição na Revista Idec, acesso a conteúdos e eventos exclusivos, entre outras.

Os não-humanos são representados por objetos inanimados, seres tecnológicos, ferramentas científicas, entre muitos outros (LATOURE, 2000; 2012). São considerados atores pela TAR porque criam uma assimetria de forças e, portanto, causam impactos nas redes estudadas, não sendo meros instrumentos inertes da vontade humana. Eles participam ativamente das ações e produzem efeitos específicos por conta de suas características. Assim, o que essa literatura aponta é que não há como descrever uma prática de forma satisfatória se não seguirmos e incluirmos na análise todos os atores envolvidos na sua construção, inclusive os não-humanos. Nessa perspectiva, Rosa *et al* (2020), analisam três movimentos sociais seguindo seus processos de formação e os atores envolvidos neles, constatando ser a instabilidade nas associações, com agenciamentos frequentes de elementos heterogêneos e instáveis (possíveis através das controvérsias nas quais o movimento se envolve), que permitem que a organização e os seus temas se mantenham existindo no espaço público. Ou seja, grupos que se deixam estabilizar (e.g. não criando parcerias com outras organizações e nem se envolvendo em controvérsias) vão perdendo a relevância, enquanto os grupos instáveis resistem.

O campo dos Estudos Sociais da Ciência e Tecnologia (ESCT), no qual a TAR se insere, também contribui para outras questões dessa pesquisa. Para esse campo, não existe algo como “o” contexto, porque o social não é algo que está meramente dado. O que existe são práticas contingentes, material e historicamente situadas, que constituem o real (HARAWAY, 1995; LATOUR, 2012). No caso do Idec, isso significa que não se pode tomar, por exemplo, as problematizações que o Instituto faz sobre alimentos com alto nível de processamento como algo óbvio. A noção do que constitui um alimento “saudável” é um objeto de disputa entre atores que se antagonizam, de maneira que cada um alinha os recursos simbólicos e materiais que acha necessário para fortalecer a sua narrativa. Entender o social como algo forjado, implica em seguir, não apenas o Idec, como também seus aliados, que foram agenciados para transformar determinadas questões em uma problemática. Preciso, portanto, atentar para como a materialidade é usada para constituir o social da rede⁴ que estou acompanhando.

Outro campo importante para pensar essa análise é o da História do Tempo Presente, que propõe compreender, a partir do presente, os processos de rupturas e continuidades com o passado que têm efeitos na atualidade. Essa área foi – e ainda é – muito criticada pela “proximidade” com o objeto de estudo. Durante muito tempo, prevaleceu a ideia de que o presente era propriedade exclusiva das pesquisas relacionadas às ciências sociais (FERREIRA,

⁴ “Rede” se refere ao conjunto de atores que se alinham e colaboram entre si em torno de um interesse comum (LATOURE, 2012).

2018). O que estava em jogo nessa discussão era a “objetividade” do historiador (aqui, usar o gênero masculino importa), que não teria o afastamento temporal suficiente do seu objeto para poder ser neutro frente a ele. O que pesquisadoras do campo defendem é que, além de não existir “neutralidade científica”, nem no tempo presente e nem em qualquer outro período analisado, a História do Tempo Presente pode ser tomada como um lugar privilegiado para compreender a construção social feita pelos atores estudados, uma vez que ser contemporânea a eles e dividir categorias e referências, tem o potencial de permitir um maior entendimento da realidade que está em jogo durante a pesquisa (FERREIRA, 2000; 2018).

As pesquisas que discutem as transformações no sistema alimentar (BEADSWORTH; KEIL, 2002; SCHNEIDER *et al*, 2016; DAVID; GUIVANT, 2020) e sobre o tema do ativismo alimentar no Brasil também fazem parte das literaturas importantes para este trabalho. Nesse último tópico, destaca-se o trabalho de Portilho (2020), que divide a trajetória do ativismo alimentar brasileiro em duas gerações. Ao separar o ativismo alimentar brasileiro, a autora demonstra como as pautas debatidas pela segunda e atual geração são, simultaneamente, rupturas e continuidades das bandeiras levantadas pela primeira. E a mesma lógica pode ser pensada a partir do sistema alimentar moderno. Falar sobre a concentração da produção de alimentos por parte de uma indústria especializada, implica entender também o funcionamento dos sistemas que vieram antes e o que permanece (ou não) deles. Em outras palavras, para entender quem o Idec é hoje, preciso entender primeiro quem ele foi e como chegou até aqui.

Tendo em vista essas discussões, diferente de outros estudos, como o de Soares (2018) que, ao analisar o Idec, voltou sua atenção para entender como as suas estratégias mudaram o mercado de alimentos, ou seja, para as transformações externas impulsionadas pela organização, o que eu proponho é entender quais foram as transformações internas da organização em sua agenda de ativismo alimentar. Com auxílio das literaturas mencionadas acima, considero ser possível unir a análise da dimensão simbólica, privilegiada pelos enquadramentos interpretativos, à análise de práticas sociomateriais, que é geralmente negligenciada em pesquisas sobre o funcionamento de organizações e da ação coletiva. Assim, minha pesquisa também tem o potencial de contribuir com a construção de uma literatura sobre a entidade e o ativismo alimentar no Brasil, trazendo novas perspectivas, pontos de investigação e atores a serem considerados durante a análise.

1.1 O percurso até a escolha do tema e a escrita desta pesquisa

No final de 2019, me tornei bolsista de Iniciação Científica (IC) sob orientação da professora Marília Luz David, do Departamento de Sociologia da Universidade Federal do Rio

Grande do Sul (UFRGS), que realiza pesquisas sobre temas que interseccionam questões agroalimentares e tecnociência. Eu já havia sido aluna dela e a ouvido falar sobre seus estudos na área durante algumas aulas. Lembro até hoje que, mesmo tendo plena convicção sobre o desejo de me tornar uma arqueóloga, me inscrevi em uma bolsa que não se relacionada em nada com essa área. Desde então, tenho que explicar para as minhas amigas, colegas, professoras e alunas o que rotulagem, tributação e regulação de publicidade de alimentos tem a ver com o trabalho de uma historiadora.

Comecei pesquisando, a partir da TAR, a controvérsia na nova rotulagem nutricional de alimentos no Brasil, analisando em especial dois atores envolvidos nela: a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável (representando os grupos de ativismo alimentar) e a Rede Rotulagem (representando alguns setores da indústria alimentícia e bebidas açucaradas). Foi assim que o meu relacionamento com a literatura dos ESCT e da TAR e com a alimentação se iniciou. Como parte das atividades da bolsa, comecei a frequentar as reuniões do Grupo de Pesquisa Tecnologia, Meio Ambiente e Sociedade (TEMAS/UFRGS). Mais tarde, também passei a participar do Grupo de Pesquisa em Sociologia das Práticas Alimentares (SOPAS/UFRGS), do qual sou integrante desde a sua criação em 2022. Nas reuniões desses grupos, tive o privilégio de participar de discussões dos trabalhos de membros que pensam as diferentes práticas alimentares dentro da dinâmica dos sistemas alimentares modernos, dialogam com os ESCT e me ajudaram – e ainda ajudam – a pensar as questões sobre as redes com as quais trabalho, sobretudo em como acionar os não-humanos na minha análise.

No final de outubro de 2020, quando a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) encerrou a disputa tomando a decisão sobre qual modelo de rótulo frontal adotaria, segui para uma nova pesquisa. Na minha segunda bolsa de IC, queria continuar estudando os alimentos ultraprocessados, mas não tinha muita certeza do que exatamente pesquisar sobre isso. Foi quando a minha orientadora me ajudou a construir um projeto de pesquisa e sugeriu que eu analisasse como a problematização da qualidade dos alimentos no Brasil se dá a partir de um grupo de ativismo alimentar com o qual eu já tinha familiaridade, a Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável.

Com o caos que a pandemia da covid-19 trouxe ao calendário dos cursos de graduação da UFRGS, eu sabia que precisaria escolher qual caminho seguiria na pós-graduação e começar a me preparar. No final de 2021, quando a UFRGS publicou o calendário do ano seguinte, descobrimos que o semestre 2022/2 começaria em novembro de 2022 e terminaria em abril de 2023. Quando finalmente verbalizei a escolha que eu sabia ter feito na minha cabeça há muito tempo, passei a me dedicar oficialmente ao processo seletivo do Programa de Pós-Graduação

Sociologia da UFRGS (PPGS/UFRGS) e sabia que isso implicaria em adiantar em pelo menos alguns meses a defesa do meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), uma vez que o PPGS estava avançado no calendário em relação ao das graduações.

Em janeiro de 2022, convidei a professora Cláudia Mauch, do Departamento de História da UFRGS, para ser minha orientadora e, em conjunto, decidimos chamar a professora Marília David para a coorientação. Com o início da formulação do projeto de pesquisa, mantive a vontade de pesquisar sobre os ultraprocessados. A partir do trabalho de IC que realizava na época, descobri que estudar sobre ativismo alimentar também era algo que me instiga. Por isso, optei por continuar nessas duas linhas de investigação e dedicar meu TCC a entender como a agenda de ativismo alimentar foi transformada ao longo dos anos, o que inclui investigar como o grupo que eu havia escolhido para análise, o Idec, problematiza o consumo de alimentos ultraprocessados e incorpora tal problema em sua agenda no decorrer do tempo. Escolhi o Idec como objeto de estudo porque ele sempre estava, de alguma forma, envolvido na rede para qual eu olhava. Toda controvérsia alimentar ou organização de ativismo alimentar que eu estudava, o Idec estava lá. Quando comecei a pensar também nos motivos mais técnicos, para saber se a minha pesquisa era algo viável (e.g. acesso a fontes, se já não existiam outros trabalhos que falassem sobre isso), tive a certeza de que o Instituto era o caso mais adequado. Tive a sorte de sempre poder contar com uma orientação que, além de excelente, me deixava livre para tomar minhas próprias decisões e que respeitava elas. E assim cheguei até a escrita deste trabalho.

A educação sempre foi o meu refúgio. Desde muito cedo, comecei a acreditar que seria através dela que teria a oportunidade de moldar a minha vida do jeito que eu queria que ela fosse. Foi através dela que encontrei sentido(s) em ser quem eu sou. Os espaços educacionais pelos quais eu passei, apesar das suas problemáticas particulares, sempre foram os lugares que mais me deram segurança. Em muitos níveis, a educação me salvou e continua me salvando, porque todos os dias descubro coisas novas que me fazem sentir privilegiada por estar viva e poder buscar entender a pluralidade de realidades que me cercam. Quando entrei no meu curso, tinha acabado de fazer 18 anos e estava completamente deslumbrada pela ideia de realmente ter conseguido seguir o sonho de adolescência de continuar estudando depois do Ensino Médio. Tive a chance incrível de escrever esse trabalho com uma bagagem pessoal e acadêmica muito mais repleta do que eu pensaria que teria quando cheguei à universidade. Isso inclui a participação em bolsas, projetos de extensão, grupos de pesquisa, apresentações em eventos, a elaboração de artigos científicos, monitorias, experiências como professora, entre muitas outras atividades que tive o prazer de fazer parte. Não posso falar sobre o percurso da minha pesquisa sem celebrar todas as pessoas que seguraram a minha mão e me ajudaram chegar até aqui.

Tentei fazer justiça a todas que pude na seção de agradecimentos dessa monografia. Construí minha jornada com um pouco de sorte, bastante trabalho e muito apoio.

Fazer parte do mundo acadêmico não resolveu todos meus problemas como eu achei que iria. Praticamente toda minha experiência com IC e quase metade da minha graduação aconteceu durante o Ensino Remoto Emergencial (ERE), implementado na UFRGS a partir de 2020 por conta da pandemia da covid-19. Estudar, pesquisar, receber orientação, fazer campo, tudo à distância, sentada na mesma cadeira, todos os dias, dependendo de uma tela para minhas atividades de trabalho e de lazer, foi o que em inúmeras situações me levou a pensar seriamente em desistir. Em muitos momentos, pensei em trancar a faculdade e ir procurar qualquer emprego que me desse uma condição financeira que o ensino superior falhou em me oferecer⁵. Felizmente, em meio ao caos, eu sempre conseguia voltar à minha certeza em relação à importância que a educação teve (tem) na minha vida, e à minha paixão pela docência. Por isso, esse TCC não é só o resultado de alguns meses de pesquisa, análise e escrita, mas de, pelo menos, 5 anos de muitas escolhas. Várias feitas com convicção, meia dúzia com um pouco de receio. Nenhuma da qual eu me arrependa.

Durante muito tempo, cursar História enquanto realizava pesquisa na Sociologia me fez sentir como se eu não pertencesse de verdade a nenhuma das duas. Mas essa insegurança foi algo que precisei deixar me atravessar para poder entender quem sou enquanto pesquisadora e qual é a minha relação com as duas áreas. Aprendi ao longo do caminho que a Sociologia não existiria para mim sem a História e que a História só faz sentido através de um olhar que também é sociológico. Tratei esses campos como antagonistas um do outro, quando, na verdade, eles sempre foram aliados. Espero que esse trabalho deixe essa aproximação clara.

1.2 Fontes e metodologias de pesquisa

A ideia original para este trabalho era analisar as mudanças na agenda de ativismo alimentar do Idec desde a sua criação em 1987 até 2020. Três coisas me fizeram alterar essas data: a primeira, foi perceber que esse era um recorte ambicioso demais para o tempo destinado à escrita de uma monografia; a segunda, a impossibilidade de encontrar fontes mais antigas, tendo em vista que só consegui acessar documentos escritos a partir de 2004; e terceira, que percebi depois de já ter começado a análise, é que logo no início de 2020 o Brasil declara calamidade pública devido à pandemia da covid-19, a qual exigiu do Idec e da sua agenda uma

⁵ Uma bolsa de IC vinculada ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) possui remuneração financeira de R\$ 400 por mês. Essa quantia não sofre reajuste desde 2013.

adaptação muito grande aos problemas emergentes. Nesse momento, em que o número de mortos e de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade eram altos e que não tínhamos nenhuma perspectiva para vacinação da população, o funcionamento e o quadro de prioridades dos mais diversos setores da sociedade foram completamente alterados. Junto às minhas orientadoras, compreendi que a covid-19 agregou uma complexidade muito particular à agenda do Idec, e que também seria ambicioso demais para o cronograma de um TCC dar conta de todos esses processos, junto aos outros anos do recorte. A partir dessas questões, estabeleci os anos de 2004 a 2019 como meus marcos temporais de análise da organização.

Dois grandes grupos de fontes subsidiam a análise deste trabalho: documentos escritos e entrevistas semiestruturadas. A análise documental se restringe aos materiais produzidos pelo próprio Instituto e/ou assinados em parceria com ele e as entrevistas semiestruturadas foram feitas com pessoas que trabalham ou trabalharam no Idec durante os anos do meu marco temporal. Por ser uma organização que lida com vários temas, ao analisar o material produzido pelo Idec, sobretudo os relatórios anuais, realizei a filtragem apenas daquilo que se refere ao escopo da alimentação. Todos os documentos escritos são fontes nativas-digitais, produzidas nas últimas duas décadas, visando informar consumidoras sobre as principais ações e conquistas da ONG e sobre os temas que ela acredita ser de maior relevância no momento. Esses dois grupos de fontes são compostos pelos seguintes materiais:

- **Documentos escritos, produzidos pelo Idec:** relatórios anuais do Instituto (entre 2004 e 2019); cadernos do Idec da Série Alimentos (três, todos de 2014); guias sobre alimentação; matérias de jornal; artigos científicos cujos argumentos são usados pelo Idec para embasar suas problematizações; cartilhas informativas sobre rotulagem, ultraprocessados e tributação de bebidas açucaradas; o *site* do Idec e outras páginas na *internet* desenvolvidas por iniciativa do Instituto para divulgação da sua agenda de ativismo alimentar. Todos esses materiais estão salvos nos meus arquivos pessoais. Nos *sites*, as partes de interesse para pesquisas tiveram capturas de tela tiradas e/ou foram transformadas em PDF para impressão. O restante dos documentos já tinha versões em PDF prontas para o *download*. A análise foi feita entre agosto e setembro de 2022.
- **Entrevistas semiestruturadas:** inicialmente, mapeei sete possíveis entrevistadas, que atuam ou atuaram, direta ou indiretamente, no Programa de Alimentos do Idec. Durante o período de entrevistas, recebi o contato de outras três pessoas com as quais poderia conversar. Escrevi para cinco pessoas por *e-mail* e apenas uma não me retornou – o que me deixou com quatro entrevistas ao final. Entre as quatro entrevistadas, duas delas me

deram autorização para citar diretamente trechos das suas respostas. Todas as entrevistas foram feitas de forma *on-line*, entre setembro e novembro de 2022, com funcionárias que trabalharam no Idec durante o período pensado para análise. Elas foram gravadas e, posteriormente, transcritas, com a autorização das interlocutoras. Além de assegurar o direito ao anonimato (todos os nomes das entrevistadas foram substituídos por nomes fictícios) e a possibilidade de desistir de participar da pesquisa a qualquer momento, o acordo foi o de que as transcrições na íntegra das entrevistas não apareceriam nos apêndices do TCC, porque revelariam facilmente as suas identidades. As gravações e transcrições das entrevistas foram repassadas às pessoas com as quais conversei. Tudo que se refere às entrevistas, como transcrições, áudios e *e-mails* trocados, constam no meu arquivo pessoal da pesquisa (nos Apêndices 1, 2 e 3 estão o roteiro e as informações das entrevistas, respectivamente).

O método de tratamento dos dados consistiu na utilização do *software NVivo* para leitura e fichamento do primeiro grupo de fontes e para a codificação do material em nós. Os nós definidos para o estudo sobre as fontes documentais escritas selecionadas foram: (1) como o Idec define uma alimentação adequada e saudável; (2) alimentação nos relatórios anuais; (3) antagonistas identificados pela organização nos documentos; (4) problematização do consumo e da produção dos alimentos ultraprocessados; (5) tópicos voltados às práticas alimentares que recebem mais atenção/são mais citados pelo Idec ao longo dos documentos; (6) organizações de ativismo alimentar que o Idec aciona; (7) demais atores acionados pelo Idec; (8) soluções apresentadas pelo Idec para combater o que identifica como problema.

Para a análise das entrevistas, o *Nvivo* e a codificação por “nós” também foram utilizados. Os “nós” estabelecidos foram os seguintes: (1) organização dos programas temáticos; (2) organização do Programa de Alimentos; (3) principais estratégias para pressionar os órgãos públicos a atenderem suas demandas; (4) principais entidades parceiras; (5) principais pautas alimentares do Instituto; (6) principais problemas com a alimentação brasileira; (7) responsabilidade da indústria em relação à produção e ao processamento dos ultraprocessados; (8) reação das fabricantes às críticas e campanhas feitas pelo Idec (9) transformações nas preocupações das consumidoras quanto à alimentação; (10) estratégias para convencer as consumidoras sobre as suas pautas.

Os “nós” reúnem fragmentos dos textos, ajudando na identificação de tendências nos documentos analisados. Ou seja, o *Nvivo* é uma ferramenta que auxilia a pesquisa qualitativa, reunindo e organizando os dados, mas a maior parte do trabalho feito no *software* continua

sendo da pesquisadora. Uma vez que os processos de leitura e codificação foram finalizados, realizei a análise dos trechos, a partir dos “nós” e, assim, pude comparar e perceber as tendências e diferenças no discurso da organização ao longo dos anos.

Além dos documentos escritos e das entrevistas, estive em São Paulo (SP) em outubro de 2022 e fui a dois eventos organizados em parceria com o Idec. A 6ª edição do projeto “*Experimenta! Comida, Saúde e Cultura*”, idealizado pelo Serviço Social do Comércio (Sesc - SP), contou com uma oficina “*De olho no rótulo: tá sabendo da nova rotulagem de alimentos?*” para falar sobre as novas normas de rotulagem no Brasil, cujos encontros foram divididos em dois dias, e a exibição seguida de bate-papo do documentário “*Big food: o poder da indústria de ultraprocessados*”, produzido pelo Idec para falar sobre o *lobby* das produtoras de ultraprocessados. Participar dessas atividades foi muito importante para ver, *in loco*, como a organização mobiliza ações que promovem sua agenda de ativismo alimentar, apresentando aquilo que ela identifica como um problema, suas maiores consequências e o que oferece enquanto solução.

1.3 Divisão dos capítulos

Esta monografia está dividida em três capítulos. No primeiro, situo e caracterizo meu problema de pesquisa, apresento e discorro sobre a literatura que uso para o estudar. Divido esse capítulo em três seções: na primeira, conceitualizo e argumento sobre o uso dos enquadramentos interpretativos (BENFORD; SNOW, 2000) e da TAR (LATOUR, 2000; 2012) no estudo da ação coletiva, além de discutir a importância e vantagens de estudar um grupo contemporâneo, no que a historiografia entende como tempo presente; na segunda, apresento e discuto os trabalhos produzidos acerca do ativismo alimentar no Brasil e como esses grupos da sociedade civil organizam seu mundo social para tornar certas práticas alimentares um problema e outras a solução; na terceira e última, faço uma retomada histórica sobre o momento político-social no qual o Idec foi criado, argumentando que entender os processos históricos mais amplos aos quais o Instituto está vinculado pode nos ajudar a compreender como ele atravessa e, ao mesmo, é atravessado por questões sociais que aparentam ser externas a ele.

No segundo capítulo, analiso como o Idec e os seus aliados contextualizam o mundo a sua volta. Ou seja, continuo a discussão iniciada no primeiro capítulo sobre tornar determinadas práticas alimentares (e atores) um problema, mas avanço em relação a ela ao caracterizar como isso é feito dentro da agenda de ativismo da organização. Ainda, ressalto que, assim como a pesquisadora, os documentos utilizados para análise também possuem subjetividade. Portanto, minha preocupação não é explicar “o” contexto social, mas entender

como os atores que acompanhei buscam definir o que seria a realidade. O capítulo é dividido em duas seções, nas quais: primeiro disserto sobre como a agenda do Idec foi transformada ao longo dos anos a partir da associação feita com diferentes aliados e como podemos interpretá-lo como um agente social que transforma e é transformado pelos atores a sua volta; segundo, argumento que para analisar o mundo social construído pelo Idec de forma satisfatória e entender como ele forjou uma rede sociotécnica resistente (ROSA *et al*, 2020), preciso atentar não apenas para os a dimensão simbólica do Instituto, mas também para a materialidade de como esses simbolismos são construídos e transformados em ações .

No terceiro capítulo, dou continuidade à tentativa de conciliar a abordagem dos enquadramentos interpretativos e a TAR na análise, contudo, ao longo das três seções que seguem nesse capítulo, redireciono meu foco às indústrias dos chamados alimentos ultraprocessados e às consumidoras. Na primeira seção, articulo como o Idec identifica as indústrias alimentícias e de bebidas açucaradas como antagonistas e de que forma a organização responsabiliza tais indústrias pelos problemas causados na produção e consumo de ultraprocessados. Na segunda seção, discorro sobre como o Idec desenha o seu enfrentamento às questões e atores que ele delimita enquanto um problema (as indústrias e os ultraprocessados), como enxerga o papel dos órgãos governamentais (e.g. Ministério da Saúde, Anvisa) nessas questões, e algumas das soluções que elabora para o combate dos seus antagonistas. Na última parte, volto minha atenção para a percepção que o Idec tem a respeito das consumidoras e para as estratégias elaboradas pela organização com o intuito de convencer e influenciar suas percepções. Simultaneamente, observo que a organização também é influenciada pelas consumidoras, à medida que precisa se esforçar para fazer essa tradução ao público não especialista.

1.4 Justificativa

O Brasil é palco de inúmeras controvérsias alimentares, cujas reivindicações e disputas de diferentes atores reforçam como a discussão sobre a alimentação não é apenas um problema “técnico” da Nutrição, mas está inserida dentro de questões políticas, sociais, culturais e econômicas (BEARDSWORTH; KEIL, 2002; DAVID, 2016; DAVID; GUIVANT, 2018; 2020; DUARTE, 2021; 2022). Por isso, é necessário analisar os atores que permeiam essas controvérsias e como problematizam questões relacionadas à alimentação. Embora as pesquisas em torno da alimentação sejam cada vez mais frequentes e numerosas (POULAIN, 2004) e o próprio ativismo alimentar não seja uma novidade na história da literatura sobre movimentos sociais no Brasil, o termo “ativismo alimentar” é raramente mencionado nesses estudos

(PORTILHO, 2020). Isto é, apesar de existir muita produção sobre movimentos sociais no Brasil cujo principal escopo são as pautas alimentares, são exceções as que utilizam o termo de forma explícita.

Nesse sentido, esse trabalho espera contribuir com os estudos sobre grupos brasileiros que se organizam em torno das práticas alimentares desde o ponto de vista das humanidades, sobretudo da História e da Sociologia, além de expandir a literatura em ativismo alimentar que ainda é um campo em desenvolvimento no Brasil. Minha pesquisa também espera contribuir com a consolidação dos campos da História do Tempo Presente e dos ESCT no Brasil. A rejeição pelo estudo do presente se estabeleceu durante muitos séculos na escrita acadêmica da História, a fim de garantir a ela uma suposta “objetividade científica”, inalcançável sem um recuo no tempo e distância crítica. É somente após a Segunda Guerra Mundial que a expressão “História do Tempo Presente” entra no vocabulário de historiadores (novamente, o gênero masculino é importante) (FERREIRA, 2000). Para tanto, o Brasil conta com algumas associações profissionais, como a Associação Nacional dos Estudos Sociais da Ciência (ESOCITE) e com grupos de pesquisa como o TEMAS/UFRGS e o SOPAS/UFRGS, que criam espaços para debates e estímulo de trabalhos que dialogam com o campo dos ESCT, assim como ambientes tais quais o Laboratório de estudos sobre os usos políticos do passado (Luppa/UFRGS) que ajudam a fortalecer o campo da História do Tempo Presente. Contudo, em ambos os casos, ainda precisamos de mais produções e maiores discussões que os fortaleçam e ajudem a se tornarem áreas consolidadas na pesquisa do nosso país.

Entendo a História do Tempo Presente, os ESCT e a literatura sobre ativismo alimentar enquanto áreas e bibliografias que trazem questões importantes a serem discutidas e que enriquecem o trabalho. A última nos ajuda a entender as mudanças e trajetórias percorridas pelos grupos brasileiros ao longo da sua existência e pensar como essas mudanças se relacionam com cenário político e social que a sociedade na qual eles se inserem está vivendo. Analisar o tempo presente nos permite superar a ideia da objetividade científica vinculada ao afastamento histórico e compreender que o trabalho de toda historiadora é um trabalho engajado e fruto da sua subjetividade, além de buscar encontrar as rupturas e permanências que (des)conectam o presente e o passado. Enquanto os ESCT formam um campo interdisciplinar e que, entre muitas coisas, abrem o horizonte daquilo que pode ser agenciado enquanto um ator.

1.5 Uma brevíssima nota sobre escolhas

Sinto a necessidade de explicar, muito brevemente, dois caminhos que segui na escrita desse trabalho. Primeiro, a escrita em primeira pessoa. Escolhi manter a escrita dessa forma

porque parto de discussões epistemológicas sobre a produção de conhecimento que criticam a ideia de um conhecimento objetivo e absolutamente neutro – uma perspectiva “universal” que parte de “lugar nenhum” – e argumentam o que o conhecimento é sempre feito por alguém em algum lugar. Isto é, ele é sempre culturalmente, historicamente e materialmente situado (HARAWAY, 1995; OLIVEIRA, 1996). Assim, não posso – e nem quero – forjar um distanciamento da pesquisa que produzo. Existem aqui escolhas metodológicas e teóricas que traduzem a formação como cientista que tive e que não podem ser apagadas. Segundo, faço uma escolha feminista de escrever essa monografia utilizando o gênero feminino como o genérico, ou seja, ao invés de conjugar no masculino, ou colocar “os(as)”, tomo a escrita no feminino como o padrão, cuja exceção são os termos vinculados à TAR (atores, mediadores e aliado) que faculto por continuar utilizando no masculino. Tomo essa escolha seguindo os passos de Diniz (2013), que ao escrever o livro “*Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*” inteiro no feminino, afirma que a produção intelectual é atravessada por riscos: uma vez que publicamos nossas ideias e argumentos, esses escritos ganham seus próprios rumos e fogem do nosso controle, mas, na mesma medida, escrever também possui um poder transformador, que convida quem cria e quem consome a questionar o sentido daquilo que foi produzido. Assim, convido àquelas que forem ler minha monografia a estranharem, junto comigo, a escrita no feminino universal.

Por ser uma monografia que fala sobre alimentação, algo que é historicamente situado sob responsabilidade das mulheres, entendo que a minha escolha do uso do feminino como o universal possa parecer uma afirmação dessa responsabilidade. É uma crítica justa. Mas de forma alguma reflete o que foi pensando aqui. Ao longo da escrita desse trabalho, me senti muito incomodada escrevendo “os consumidores”, no universal masculino, quando quem encontro na fila das feiras e supermercados são, em sua maioria, mulheres, como eu. Ainda que as discussões sobre as divisões de tarefas domésticas estejam avançando, as mulheres continuam sendo as principais responsáveis pelos cuidados dos lares brasileiros e pelos alimentos consumidos e preparados neles. Minha escolha não parte de um discurso de responsabilização, mas de reconhecimento do lugar e do trabalho que essas mulheres ocupam e exercem diariamente.

2. Contextualização do problema de pesquisa e do material teórico

Nas seções que seguem esse capítulo, contextualizo o problema de pesquisa ao apresentar e discutir a literatura que utilizo para estudar as transformações na agenda de ativismo alimentar do Idec. Como já mencionado, a proposta dessa pesquisa está situada nos campos da História do Tempo Presente, ESCT e dos estudos das ações coletivas, os quais oferecem contribuições relevantes para pensar as configurações dos grupos de ativismo alimentar e analisar as rupturas e permanências nas suas formas de se articularem. Na sequência, caracterizo o que entendo por “ativismo alimentar”, como ele se desdobra no Brasil e de quais formas grupos como o Idec problematizam certas práticas alimentares. Por fim, situo o processo histórico em que o Instituto foi criado.

2.1 História do Tempo Presente, enquadramento interpretativo e TAR no estudo da ação coletiva

A lógica dos movimentos sociais foi dominada pelas mobilizações e questões das classes operárias até a década de 1960. No cenário pós Segunda Guerra Mundial, com inúmeras mudanças sociais, a teoria marxista predominante da época não dava mais conta de explicar as reivindicações dos movimentos que começaram a surgir. Os atores desses movimentos não eram mais representados somente pelo típico proletariado, mas por estudantes, profissionais liberais e minorias sociais cujas pautas giravam em torno de questões mais identitárias (SANTOS, 2021). Por isso, foram elaboradas outras teorias que pudessem dar conta de analisar e explicar o funcionamento dessas novas organizações, como a Teoria do Processo Político (TPP). Desenvolvida ao longo da década de 1990, a TPP tinha como objetivo buscar uma forma de analisar a dimensão interpretativa-cultural desses fenômenos. Assim, o conceito de “enquadramento interpretativo” de Goffman passou a ser utilizado para os estudos de movimentos sociais a partir da obra de Gamson, Fireman e Rytia “*Encounters with Unjust Authorities*”, que estudou de quais formas os indivíduos da sociedade civil desafiam as definições impostas por autoridades (SILVA *et al*, 2017).

Outras autoras passaram a se apropriar do conceito para a análise da construção e do funcionamento de movimentos sociais, com destaque para a contribuição teórica de David A. Snow e Robert D. Benford (2000). A partir do que eles chamaram de “alinhamentos de molduras interpretativas”, os autores explicam que são os pontos de convergência entre as molduras interpretativas dos indivíduos e as desenvolvidas pelas organizações de movimentos

sociais que resultam no engajamento e nas permanências de ativistas na luta pelas causas em questão. Além disso, Benford e Snow (2000) identificaram três principais questões para análise da ação coletiva quando se trata de movimentos sociais: (1) o enquadramento diagnóstico, que faz a identificação do problema e dos atores a serem antagonizados; (2) o enquadramento prognóstico, o qual oferece uma solução aos problemas identificados no primeiro enquadramento; (3) e o enquadramento motivacional, no qual vocabulários de motivação são construídos para fornecer aos indivíduos razões convincentes para se engajar em ações coletivas e para sustentar sua participação na organização.

Dentro da lógica dos enquadramentos, os movimentos sociais não são colocados como meras reproduções de ideologias que já existem, mas considera-se que os atores envolvidos nas redes desses movimentos são agentes ativamente engajados na produção de significado para os seus observadores e antagonistas⁶. Isto é, os movimentos sociais, simultaneamente, transformam e são transformados pelo mundo à sua volta. E é justamente essa interação com o público que reconfigura os movimentos e as suas táticas. Esses processos estratégicos identificados por Benford e Snow (2000) para o alinhamento entre indivíduo e organizações, e as questões para análise de enquadramento da ação coletiva de movimentos sociais são importantes para estudar e entender as estratégias adotadas pelo Idec para impulsionar suas lutas.

Ainda no que se refere ao funcionamento de movimentos sociais, Rosa *et al* (2020) observam, a partir da perspectiva da TAR, que é a instabilidade (e.g. novas associações, envolvimento em controvérsias) e a heterogeneidade nas associações internas e externas que permitem que um movimento prospere. Contudo, há uma discordância entre o que Latour (2012) e Rosa *et al* (2020) propõe sobre redes sociotécnicas resistentes: para o primeiro, são as redes estáveis que resistem. Essa contradição entre os dois argumentos é uma das “atualizações” da geração pós-TAR, composta por outras autoras além de Rosa *et al* (2020), como a filósofa Annemarie Mol, que trazem diferentes formas de pensar a dinâmica de redes sociotécnicas. Assim, nessa perspectiva, aqueles com associações fracas e que não se envolvem em controvérsias, as quais permitem que eles demonstrem a quem e como se associam, tendem a perder sua relevância. O que as autoras argumentam é que com a diminuição da heterogeneidade

⁶ Após receber uma série de críticas às suas primeiras publicações sobre molduras interpretativas, as quais estariam voltadas demais para o pensamento estratégico (SILVA *et al*, 2017), deixando de lado os valores dos ativistas envolvidos no processo, Benford e Snow (2000) fizeram, a partir dos anos 2000, uma revisão dos seus estudos e reconheceram que os processos estratégicos não resumem o processo de criação dessas interpretações, havendo também a construção de molduras através de processos discursivos de enquadramento. A metodologia teórica da minha pesquisa parte dessa revisão crítica.

na sua rede, ou seja, com a quebra do ritmo de novas associações e envolvimento em novas disputas, que o movimento se estabiliza e passa a depender de um número muito limitado de relações, resultando no seu declínio. Em outras palavras, são os aliados, recursos, antagonistas e o envolvimento em controvérsias que permitem que esses movimentos continuem crescendo. Nessa lógica, uma rede sociotécnica resistente é sinônimo de uma rede dinâmica.

A heterogeneidade nas associações, possibilitada pela constante imersão de parceiros de diferentes segmentos da sociedade, e a instabilidade provocada pelas diversas controvérsias nas quais o instituto se envolve, sugere, baseada no estudo de Rosa *et al* (2020), que o Idec pode ser analisado como uma rede sociotécnica dinâmica e, por isso, resistente. O envolvimento frequente em controvérsias permite que a organização e os temas que orientam suas ações fiquem em evidência e demonstre o que ela defende enquanto direito das consumidoras e quais são suas propostas para atingir esse objetivo. Para analisar essas questões, parto do princípio da TAR (LATOURE, 2012) de que compreender o funcionamento do Idec requer olhar para todo conjunto de atores que se alinham e constroem o Instituto com o mesmo propósito.

A TAR faz parte de uma literatura mais madura das críticas elaboradas à Sociologia do Conhecimento em 1970⁷ no campo que conhecemos como ESCT e que abordam diretamente a relação sociedade-natureza, ao pensarem os atores não-humanos dentro do que chamam de redes de associações, evitando a hierarquia das relações, que geralmente privilegiam a ação humana, dando, assim, maior atenção aos ditos “atores não-humanos” (ALMEIDA *et al*, 2022). As críticas elaboradas por esses movimentos questionam a suposta “neutralidade” embutida na produção do conhecimento e colocam a Ciência enquanto um saber socialmente construído (LATOURE, 2012) e localizado (HARAWAY, 1995). É exatamente por causa dessa simetria entre os atores que a teoria leva o nome “rede”: a rede se refere aos conjuntos de atores que observamos ao estudar um objeto e as relações que eles estabelecem entre si. Ou seja, não descrevemos *a rede*, mas sim *com ela*. Em uma rede sociotécnica, não existe nada que esteja “acima” ou “abaixo” em termos ontológicos, todos os atores (humanos e não-humanos) estão na mesma dimensão, em pé de igualdade (LATOURE, 2000; 2012). A TAR trabalha com alguns princípios e conceitos básicos, o primeiro deles: a “caixa-preta”⁸ da ciência precisa ser aberta para que possamos acompanhar ela enquanto ainda está sendo feita, a fim de entender de qual

⁷ Na década de 1970, David Bloor elabora o Programa Forte como uma crítica à Sociologia do Conhecimento e propõem, a partir dele, 4 princípios para a produção de conhecimento, entre eles o princípio da causalidade, no qual estabelece que as condições que ocasionaram determinado conhecimento científico, seja ele “certo” ou “errado”, devem ser explicadas (BLOOR, 2009).

⁸ Para TAR, “caixa-preta” representa a forma com a qual a ciência é feita. Em uma caixa-preta fechada, vemos o que “entra” e “sai” dela, mas não compreendemos como funciona dentro (LATOURE, 2000). Ou seja, somos expostos aos resultados, mas não ao caminho tomado para chegar até eles.

forma os conhecimentos “corretos” e “incorretos” são construídos (LATOUR, 2000). Nesse sentido, me preocupo em buscar entender como o Idec *torna* determinadas práticas alimentares um problema ao longo dos anos e a quais atores ele se associa nas controvérsias nas quais se envolve.

A TAR também fornece algumas pistas sobre como estudar a formação de grupos: (1) para delinear um grupo, precisamos prestar atenção nas “porta-vozes” que falam pela existência dele, que definem quem eles são; (2) cada grupo definido levanta uma lista de “antagonistas”, delineada pelos próprios atores; (3) precisamos acompanhar a prática de demarcação de fronteira com características que fazem o grupo diferir de outros; (4) entre as muitas porta-vozes que definirão os grupos, devemos incluir também a definição de profissionais, como cientistas sociais, historiadoras, jornalistas, estatísticos, entre outros. Com isso, a produção de dados e análises por cientistas contribui para a existência e a continuidade de um grupo.

Da mesma forma que a TAR, a História do Tempo Presente tem como um dos seus princípios básicos a crítica da “neutralidade científica” imposta, em especial, às cientistas do campo das humanidades. Tomado por muito tempo como um período exclusivo das ciências sociais, o estudo do contemporâneo tem o potencial de oferecer a nós, historiadoras, um lugar privilegiado para entender o mundo social construído pelos atores que estudamos (FERREIRA, 2018), como já mencionado. Na lógica desse campo, ser contemporânea ao Idec me permite acompanhar a construção desse mundo social enquanto ela ainda está sendo feita, ou como sugeriu Latour (2000), acompanhar a ciência enquanto ela ainda está em ação. Em outras palavras, a proximidade temporal que tenho com o Instituto não “contamina” minha pesquisa, mas a enriquece.

Ainda que a perspectiva do enquadramento interpretativo proposta por Benford e Snow (2000) e da TAR tenham diferenças ontológicas, acredito que elas se complementem. Em primeiro lugar, assim como a TAR, a teoria dos alinhamentos de molduras interpretativas trata a identificação das “antagonistas” de um grupo por parte das suas porta-vozes uma parte essencial da análise da ação coletiva, bem como a própria existência de anti-grupos e a delimitação do que torna um diferente do outro. Um dos pontos mais interessantes da lógica dos enquadramentos, por exemplo, é a ideia de que a organização dos movimentos sociais não é formada apenas por aglomerados de estratégias racionais, cujos demais atores envolvidos são simples mecanismos para alcançar esses objetivos, mas é perpassada por valores morais que guiam as ações dos ativistas envolvidos. Com o reforço da TAR, podemos partir da perspectiva de que essa interpretação reforça a ideia de uma “rede” em que todos os atores (sociais ou não) cooperam em busca de um objetivo em comum, ao invés de uma hierarquia de relevância

estabelecida entre eles. Em segundo lugar, ambas as perspectivas enfatizam que a própria existência desses grupos e atores sociais se dá de forma relacional, ou seja, o que os grupos são é resultado das relações que o movimento em questão estabelece com outros atores e grupos. Em terceiro e último lugar, o destaque dado à materialidade e à participação de atores não-humanos, evitando a hierarquia das relações (que geralmente privilegiam a ação humana) na perspectiva da TAR, permite que a minha análise do ativismo alimentar promovido pelo Idec enxergue mais do que apenas os argumentos e valores da entidade, prestando atenção também no que é mobilizado na sua prática.

Dessa forma, pensar o Idec como uma unidade analítica em aberto, estudando a dinâmica da sua rede de associações e tomando as controvérsias como categorias analíticas, como sugere Rosa *et al* (2020), pode nos ajudar também na análise de todos os quatro processos estratégicos (ligação, amplificação, extensão e transformação de molduras). Ainda que as molduras foquem em questões simbólicas (BENFORD; SNOW, 2000), pensar a concretude das associações e do envolvimento em controvérsias alinhado a isso é uma unidade analítica importante para entender como essas molduras se (trans)formam – a partir da ligação a algum grupo, do envolvimento em debates – e quais são as consequências disso para a sua rede – se ela aumenta ou estabiliza. Em outras palavras, a partir dessas duas perspectivas e o simbolismo dos grupos e dos seus ativistas são construídos a partir da materialidade, ao mesmo tempo que a constroem.

2.2. Ativismo alimentar no Brasil e a problematização dos alimentos ultraprocessados

A partir de Azevedo (2017) e Portilho (2020), defino como “ativismo alimentar” pessoas e/ou grupos que se propõem a elaborar críticas ao sistema alimentar⁹ e que pensam a alimentação a partir de questões sociais (e.g. saudabilidade, acesso) que vão além da comida em si, construindo ações individuais e coletivas que possibilitem atuar e transformar a realidade social, seja na produção, abastecimento, consumo e/ou descarte de alimentos. Diferente de Portilho (2020), que rastreia as reflexões pioneiras do ativismo alimentar no Brasil até a década de 1940 com Josué de Castro, Azevedo (2017) delimita o surgimento do ativismo alimentar a partir da década de 1960, quando, segundo a autora, ele teria emergido como uma vertente do ativismo político, esse último geralmente vinculado a causas progressistas e à promoção da

⁹ O sistema alimentar se refere a todos os processos relacionados à alimentação: a produção, o processamento, o transporte, a preparação, o consumo e o descarte de um alimento (BEARDSWORTH; KEIL, 2002).

equidade, a partir de estratégias coletivas. Assim como Portilho (2020), estabeleço o livro “*Geografia da Fome*” de Josué de Castro, publicado originalmente na década de 1940, e as discussões geradas a partir dele, como o início do ativismo alimentar no Brasil.

De acordo com Portilho (2020), o ativismo alimentar no Brasil pode ser dividido em duas gerações: a primeira, cujas ações principais aconteceram dentro da esfera institucional do Estado, com o predomínio de críticas éticas e à desigualdade de distribuição, sendo as ativistas da área da saúde suas principais porta-vozes; e a segunda e atual geração, que não extingue as demandas da primeira, mas traduz e agrega pautas de movimentos ambientalistas e discussões sobre os riscos alimentares ligados à produção industrial. Paralelamente ao surgimento dessa segunda geração, houve a mudança no sistema alimentar que tornou o supermercado – o lugar com maior venda registrada de industrializados – a principal fonte de alimentos para a maioria dos cidadãos urbanos (PORTILHO, 2020; MATIOLI; PERES, 2020). Com a centralidade do supermercado e dos grandes produtores, novas questões, que valorizam a qualidade e a origem dos alimentos, passaram a ser pensadas. Esse cenário realocou as formas de consumo (e.g. origem do produto, processos pelos quais ele passou) e a consumidora para o centro das discussões sobre alimentação (SCHNEIDER *et al*, 2016). A partir dessa nova configuração na forma de produção e de consumo dos alimentos, podemos pensar o “comer” como um objeto de disputas de diversos atores (DAVID; GUIVANT, 2018; 2020), entre eles, organizações da sociedade civil, as quais reivindicam defender os interesses e os direitos das consumidoras, e representantes da indústria alimentícia.

No seu estudo, Portilho (2020) também identificou que as organizações de ativismo alimentar brasileiras, tanto da primeira quanto da segunda geração, embora também possam recorrer às estratégias de pressão ao mercado (e.g. quando desestimulam as consumidoras a comprar de grandes produtoras), como ocorre nos países do Norte global, ainda consideram mais eficaz direcionar suas estratégias de pressão e cobrança às instituições governamentais, ao invés da indústria. Dessa forma, diferente do que ocorre em países do Norte, os grupos brasileiros focam suas demandas no Estado, e não tanto no mercado (PORTILHO, 2020) e, assim, possuem o potencial de resultar em impactos nas práticas de instituições federais, como a criação de novos departamentos e políticas públicas para atender às suas demandas (PENNA, 2015). Pressionar órgãos federais para regulação de anúncios, rótulos e embalagens (BURLANDY, 2011; DUARTE, 2021; 2022) são exemplos de como os grupos de ativismo alimentar no Brasil preferem agir.

O que me interessa pensar sobre a “segunda geração” do ativismo alimentar no Brasil, identificada por Portilho (2020), são como as pautas defendidas pelos movimentos se

modificaram (e simultaneamente se agregaram às “antigas”) e como os atores que protagonizam o cenário de discussão sobre alimentação aumentaram e se diversificaram – se anteriormente as profissionais da saúde eram as protagonistas, agora elas compartilham este espaço com sociólogas, ambientalistas, consumidoras, entre muitos outros grupos. Nessa segunda geração, as formas de produção e composição dos produtos e seus impactos ambientais – o que inclui a saúde e os corpos das consumidoras (PORTILHO, 2020; SOARES, 2018) – também são agregados às discussões sobre as práticas alimentares do menu contemporâneo¹⁰. Tudo isso também reforça a ideia trazida por Benford e Snow (2000) ao falar sobre os enquadramentos: o que os movimentos sociais fazem não é meramente reproduzir ideias já existentes, mas *produzir* significado para questões que eles enxergam enquanto um problema. Ao mesmo tempo em que essa problematização reorganiza suas ações, campanhas e agendas internas, ela mobiliza também uma série de “reações” externas daquelas que são traçadas, dentro do enquadramento diagnóstico, enquanto suas antagonistas.

Um exemplo de pauta agregada à agenda dos movimentos de ativismo alimentar no Brasil nos últimos anos é do aumento do consumo de alimentos industrializados pela população brasileira. De acordo com a literatura médica (LOUZADA *et al*, 2015; MONTEIRO; CANON, 2012), desde a década de 1980 os alimentos com alto nível de processamento vêm cada vez mais sendo incorporados ao menu brasileiro, em concomitância com o aumento no registro de pessoas com DCNT. A partir dessas pesquisas, que apontam a crescente popularização dos alimentos industrializados e processados no Brasil, os grupos de ativismo alimentar passam a problematizar o consumo desses produtos e realocar a discussão sobre isso nas suas agendas e campanhas.

No sistema alimentar moderno, a produção de alimentos é concentrada nas mãos de uma indústria especializada e sua formulação visa atingir objetivos específicos (CASSOL; SCHNEIDER, 2015; AZEVEDO, 2018; DAVID; GUIVANT, 2020), como, por exemplo, minimizar o tempo do seu preparo ou controlar o peso de quem o consome. Para Fischler (2018), a intensificação da produção agrícola, associada à expansão dos supermercados e à saída gradual das mulheres brancas e de classe média¹¹ da vida exclusivamente privada, resulta na transformação das práticas alimentares contemporâneas, deslocando a produção dos alimentos da cozinha à fábrica. A expansão dos supermercados ajuda nesse processo de

¹⁰ O conceito de ‘menu’ alimentar é usado para analisar e traduzir o conjunto de princípios que adotamos nas escolhas do que colocamos à nossa mesa (BEARDSWORTH; KEIL, 2002).

¹¹ Enquanto mulheres brancas de classe média lutavam pelo direito de trabalhar, mulheres racializadas e brancas pobres sempre precisaram ajudar no sustento das suas famílias (DAVIS, 2016) e, portanto, estiveram, de alguma forma, ainda que muito limitada, inseridas na vida pública.

deslocamento, uma vez que pressionam a indústria por produtos mais fáceis de estocar, transportar e manter em abundância nas prateleiras (e no armário da consumidora) por tempo o suficiente para consumo. São exatamente essas mudanças que abrem espaço para uma série de problematizações de grupos de ativismo alimentar, como o Idec.

Segundo Beardsworth e Keil (2002), no menu contemporâneo, a racionalização da comida é somada à medicalização da dieta, que pensam os alimentos como espécies de “remédios” feitos para suprir supostas carências de nutrientes, negligenciando toda a multidimensionalidade do ato de se alimentar. Nessa lógica de racionalização e medicalização da comida, a prática do nutricionismo¹², é recorrentemente utilizada pela indústria alimentícia para influenciar a percepção de consumidores sobre o nível de saudabilidade de seus produtos e duramente criticados pelas entidades de defesa do consumidor. Tal redução abre espaço para o entendimento de que produtos alimentícios e alimentos com quantidades equivalentes de calorias teriam o mesmo efeito na fisiologia do corpo humano.

Uma das estratégias adotadas pelos grupos de ativismo alimentar no Brasil para combater o nutricionismo é a mobilização da literatura médica. A classificação NOVA¹³, por exemplo, é invocada para falar sobre os alimentos industrializados com alto nível de processamento, classificados por ela como “ultraprocessados” (e.g. refrigerantes, salgadinhos “de pacote”, bebidas “energéticas”, produtos congelados prontos para aquecer). Os alimentos enquadrados como “ultraprocessados” são, de acordo com Bortoletto *et al* (2013), constituídos por formulações industriais que não possuem nenhum alimento *in natura* ou minimamente processados como base, formadas essencialmente por: amido, gorduras, sal, açúcar, aditivos hiperpalatáveis (e.g. aromatizantes, corantes, texturizantes, intensificadores de sabor), e proteínas extraídas de alimentos. Assim, grupos como o Idec se apropriam desses achados científicos para tornar determinadas práticas alimentares, como o consumo de alimentos ultraprocessados, um problema e agregam uma série de reivindicações e problematizações em relação a isso nas suas agendas de mobilizações.

¹² Nutricionismo é o foco reduutivo na composição dos alimentos, resumidos a um conjunto de nutrientes e calorias com efeitos em partes específicas no corpo, tirando a atenção do nível de processamento da comida e da dieta do indivíduo na totalidade (SCRINIS, 2013).

¹³ Desenvolvida por pesquisadoras do Núcleo de Pesquisas Epidemiológicas em Nutrição e Saúde da Universidade de São Paulo (NUPENS/USP), a classificação divide os alimentos em quatro grupos (alimentos *in natura* e minimamente processados; ingredientes culinários processados; alimentos processados; e alimentos ultraprocessados), conforme a extensão do seu processamento (MONTEIRO *et al*, 2016).

2.3 O avanço dos direitos das consumidoras no Brasil e o surgimento do Idec

De acordo com Prux (2016), no cenário Pós-Guerras do século XX, países desenvolvidos do Norte global tinham suas sociedades voltadas não mais para a produção, mas sim para o consumo. Durante esse período, surgem uma série de direitos sociais a fim de possibilitar melhores condições de vida, dentre os quais, a proteção das consumidoras. Entre eles, o “Estado de Bem-estar Social” (ou *Welfare State*), um tipo de organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção social e organizador da economia, pressupondo a ideia de cidadania de forma ampliada, a ser garantida e provida por meio de serviços públicos e direitos sociais. O Estado de Bem-estar Social foi implementado pelos países capitalistas do Norte (e.g. Grã-Bretanha, Dinamarca, Suécia) durante o período da Guerra Fria (1947-1991), devido à crise do Liberalismo, ocasionada pela miséria e pela fome herdada das Guerras Mundiais e da Crise de 1929, que colocava em risco a homogeneidade do capitalismo nessas sociedades. Assim, os direitos da consumidora acabam surgindo como consequência dessa nova onda de direitos sociais, com origem nas sociedades capitalistas centrais – Estados Unidos da América, Inglaterra, Alemanha e França (PRUX, 2016).

No Brasil as relações de consumo começam a ser objeto de preocupação a partir da década de 1960, quando há um aumento da produção industrial no país. Com o Plano/Programa de Metas do Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961), um conjunto de medidas para dinamização do processo de industrialização do Brasil que foi implementado, priorizando o investimento nos setores de transportes, principalmente o setor automobilístico, na indústria de base (de bens de consumos duráveis e não duráveis) e na substituição de importações pelo consumo interno. Essa intensificação da industrialização e o crescimento da produção e do consumo, junto ao “milagre econômico” (1968-1973) da Ditadura Civil-Militar (1964-1985)¹⁴, que em poucos anos demonstrou ser uma ilusão, tornou necessário a regulamentação das relações de consumo.

Entretanto, o regime autoritário, repressivo e antidemocrático do Brasil na época impediu que essas questões avançassem de forma significativa e as reivindicações de direitos sociais, como as das consumidoras, só conseguiram ganhar espaço para discussões e avanços nos anos finais da Ditadura, no período de transição política civil (MAIA, 2020). Durante o governo do ditador Ernesto Geisel (1974-1979), o processo de uma transição para a

¹⁴ O nome do regime ainda é um objeto de disputa entre historiadoras. Tratar o golpe de 1964 como uma ditadura “civil-militar” e não apenas “militar” se dá a partir da lógica de que houve grande articulação entre militares e civis (e.g. parlamentares, veículos de imprensa) para a derrubada de João Goulart do seu governo (1961-1964) (PADRÓS *et al.*, 2010a; 2010b).

democracia liberal iniciou, de forma “lenta, gradual e segura”, como ele mesmo designou. Assim, na década de 1970 surgiram os primeiros órgãos de defesa da consumidora no Brasil. Em 1976, foram fundadas a Associação de Proteção ao Consumidor de Porto Alegre, a Associação de Defesa e Orientação do Consumidor de Curitiba e o Grupo Executivo de Proteção ao Consumidor, a atual Fundação de Proteção e Defesa do Consumidor de SP (PROCON-SP). Marilena Lazzarini, a primeira presidenta do Idec, coordenadora executiva durante vários anos e presidenta do Conselho Diretor do Instituto (2022-2026), foi uma das pessoas que ajudaram a criar o PROCON-SP, no qual ocupou o cargo de diretora entre os anos 1983 e 1986.

O Idec é fundado em 21 de julho de 1987 por um grupo de voluntárias na capital de SP e insere-se no contexto do processo de transição política civil da sociedade brasileira, enquanto a Assembleia Nacional Constituinte (1985-1988) discutia uma nova Constituição, da mobilização pelos direitos das consumidoras ao redor do globo. Assim, depois de duas décadas vivendo sob uma Ditadura Civil-Militar que torturou, matou e retirou os direitos da população brasileira (PADRÓS *et al*, 2010a; 2010b), o Brasil, a partir da Constituição Federal de 1988, começou um processo de reconhecimento legal de novos direitos sociais das suas cidadãs, o qual demonstrou a preocupação com o direito do ser humano a uma vida digna. No mesmo ano da sua criação, o Idec participou ativamente da Assembleia Nacional Constituinte, pleiteando a inclusão do direito da consumidora na Constituição Federal (MAIA, 2020).

A proteção à consumidora foi incluída na Constituição Federal de 1988 no Capítulo I, dos Direitos Individuais e Coletivos, artigo 5º, XXXII, que estabelece que: “O Estado promoverá, na forma da lei, a defesa do Consumidor” (MAIA, 2020). A Carta Magna de 1988 previu que o Congresso fizesse uma lei que consolidasse os direitos da consumidora no Brasil e, assim, o CDC¹⁵ foi promulgado em 1990. Contudo, para o Idec, esse avanço poderia ter sido mais significativo se acatada a proposta original apresentada à constituinte, a qual previa um capítulo específico na Constituição para a defesa da consumidora, assim como aconteceu em relação ao meio ambiente e à cultura, mas ela não foi aprovada (IDEC, 2012). Com isso, podemos perceber uma atuação ativa do Idec na esfera institucional do Estado desde os seus anos iniciais, com foco na construção de leis que assegurassem suas demandas.

O Idec defende, assim como outras organizações e movimentos que trabalham com questões alimentares, a posição de que hábitos alimentares adequados e saudáveis não

¹⁵ O CDC é uma lei em vigor desde 1991, a qual trata das relações de consumo em todas as esferas: civil, administrativa e penal. Ela contribuiu para o avanço da cidadania, sobretudo no contexto de transição política civil, e ainda é uma das maiores garantias de direitos no Brasil.

dependem exclusivamente de ações individuais. Para a organização, é necessário existir um ambiente favorável a essa escolha e a construção desse ambiente depende, sobretudo, de políticas públicas que induzam a transformações no mercado. Atualmente, em 2023, o Idec considera sete os seus temas prioritários: alimentação; consumo sustentável; energia; financeiro; internet, telefonia e televisão; mobilidade; e saúde. Segundo Soares (2018), um dos fatores que tornou a alimentação um assunto cuja discussão é tão privilegiada dentro do Idec foi o aumento das DCNT no Brasil, a qual seria a consequência de uma alimentação considerada inadequada pela instituição. A autora buscou investigar na sua dissertação como as organizações da sociedade civil elaboram suas estratégias para influenciar avanços no mercado de alimentos nacional, sendo o Idec uma dessas instituições. Ela identificou três frentes nas quais o instituto trabalha: (1) informar as consumidoras, publicando notícias e conteúdo que divulgam seus direitos para ajudar a prevenir problemas de consumo; (2) orientar sobre os direitos previstos no CDC; (3) avaliar e realizar estudos conduzidos por técnicos especializados, que avaliam produtos e serviços importantes para a consumidora.

Segundo o próprio Instituto¹⁶, a atuação do Idec no que se refere à alimentação já teve grande foco na segurança e qualidade sanitária dos produtos. Entretanto, desde a década de 2010, ele se concentra na promoção da alimentação adequada, saudável e sustentável, com incentivo ao consumo de alimentos orgânicos, e na garantia de informações à consumidora, tanto em relação à composição nutricional dos alimentos quanto ao uso de ingredientes transgênicos. Com isso, podemos perceber uma “virada” geracional que o ativismo alimentar dentro do Idec toma, assim como sugere Portilho (2020), quando realoca os riscos da produção industrial para o centro da discussão sobre alimentação, sem necessariamente abandonar as pautas sobre ética e distribuição, características da primeira geração de ativismo alimentar no Brasil.

Para entender a mudança no foco do ativismo alimentar do Idec, além dos avanços da indústria alimentícia, é preciso pensar também o contexto político do Brasil, o qual permitiu determinada modificação. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) (2014), as disputas entre diferentes atores sociais em torno da alimentação no país foram um dos fatores que tornaram possível uma série de conquistas relacionadas à alimentação dentro da esfera governamental. A pobreza e, conseqüentemente, a fome, voltaram a crescer no Brasil ainda no primeiro ano do segundo mandato (1999-2003) do presidente Fernando Henrique Cardoso. Em 1999, mais 3,1 milhões de brasileiras não tinham renda suficiente para comer (SOLIANI, 2000).

¹⁶ Disponível em: <<https://idec.org.br/materia/trintamos>> Acesso em 22 de agosto de 2022.

Assim, o combate à fome no país se tornou um dos carros-chefes dos governos subsequentes, em especial o primeiro governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

O IPEA (2014) identificou que, a partir de 2003, o tema de segurança alimentar passou a sofrer uma ressignificação e obter maior destaque na agenda do governo, apesar de já haver movimentações nesse sentido nas décadas anteriores. Em 2003, foram realizadas uma série de articulações institucionais voltadas à segurança alimentar e nutricional (SAN), as quais se concretizaram em novas políticas públicas, constituição de estruturas e garantia de orçamento próprio. Nos primeiros dias do primeiro Governo Lula, o Programa Fome Zero (PFZ) foi lançado, com objetivo de garantir a SAN e o combate à pobreza. A ação e as estratégias do PFZ foram elaboradas a partir de consultas a representantes do governo federal, da sociedade civil e de governos estaduais e municipais. As principais alterações institucionais impulsionadas pelo PFZ foram: (1) recriação do Conselho Nacional Segurança Alimentar e Nutricional (Consea)¹⁷ como órgão de assessoramento do presidente da República; (2) criação de uma assessoria especial na Presidência da República para cuidar do processo de mobilização popular para o combate à fome; e (3) a criação do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, ligado à Presidência da República para formular e implantar políticas de segurança alimentar (TAKAGI, 2010).

Finalmente, em 2014, no relatório de Insegurança Alimentar no Mundo, a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) (2014) considera o Brasil fora do Mapa Mundial da Fome, identificando uma queda de 82%, entre 2002 e 2013, de brasileiras em situação de subalimentação¹⁸. Assim, a virada geracional do ativismo alimentar, a qual realocou as pautas ambientais e do risco da produção industrial para o centro da discussão na sua segunda e atual geração (PORTILHO, 2020), se deu em um cenário de avanços na criação de leis, programas, institutos e demais órgãos competentes no combate à fome, fruto de disputas entre diferentes atores sociais. Foi essa conjuntura política que permitiu que grupos de ativismo alimentar como o Idec entendessem haver outras pautas mais latentes a serem discutidas naquele momento, como a promoção de uma alimentação saudável e sustentável, sem o consumo excessivo de alimentos ultraprocessados e a defesa por informações claras nas embalagens dos produtos alimentícios.

¹⁷ O Conselho, criado em 1993, durante o mandato do presidente Itamar Franco (1992-1995), foi revogado no governo de Fernando Henrique Cardoso e substituído pelo Programa Comunidade Solidária. Posteriormente, ele foi reorganizado, em 2003, durante o primeiro Governo Lula, extinto em 2019, com o início do Governo Bolsonaro (2019-2022) e recriado na primeira semana do segundo Governo Lula (2023-presente), sob Medida Provisória nº 1.154.

¹⁸ Subalimentação é quando um indivíduo mantém uma dieta alimentar deficiente de certos elementos necessários (e.g. vitaminas, proteínas, entre outros) para nutrir e sustentar seu corpo.

Entretanto, o “2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da covid-19 no Brasil” realizada pela Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar (PENSSAN), publicado em junho de 2022, e o relatório “*The State of Food Security and Nutrition in the World*”, da FAO, publicado quase um mês depois desse primeiro, demonstram que a fome voltou a ser um dos problemas principais do Brasil, que retornou para o Mapa Mundial da Fome menos de 10 anos depois da sua saída. O Inquérito realizado pela PENSSAN (2022) apontou que, em 2022, 125,1 milhões de pessoas vivem com algum nível de Insegurança Alimentar¹⁹, 33 milhões delas chegando a passar fome.

De acordo com o IPEA (2014), ainda que tenham conseguido um espaço maior na agenda governamental nas últimas décadas, as políticas públicas brasileiras voltadas para alimentação são marcadas por processos de descontinuidades, uma vez que foram estruturadas com baixo poder de cobertura, pouca disponibilidade de recursos, falta de critérios bem definidos de elegibilidade e institucionalidade frágil. Isso porque essas políticas sofrem com constantes avanços e retrocessos, que variam muito de acordo com as diretrizes de governo assumidas pelos gestores responsáveis. Dessa forma, elas acabam não conseguindo combater de forma eficiente o problema da fome e da miséria. As pesquisas da PENSSAN e da FAO, que demonstram o aumento de domicílios no Brasil com Insegurança Alimentar grave antes e durante a pandemia da covid-19, exemplifica como o combate efetivo da insegurança alimentar ainda é um desafio para o país.

Além disso, em 2019, um ano antes da pandemia da covid-19 chegar ao Brasil, o Consea foi extinto pelo então presidente Jair Bolsonaro, apesar de ser reconhecido por organizações internacionais, como a FAO, por ser uma instância fundamental na construção de políticas públicas de agricultura e segurança alimentar no País. O Conselho funcionava como um espaço de discussão e luta por uma alimentação adequada e saudável, no combate à fome, pelas informações claras para as consumidoras nos rótulos das embalagens e na redução da utilização de agrotóxicos na agricultura, além da promoção da agricultura alimentar, cujo quadro de membros era formado por Ministros de Estado e representantes da sociedade civil, como representantes de organizações do varejo, movimentos sociais, sindicatos e entidades de defesa do consumidor (MALUF *et al*, 1996) entre elas, o Idec. Com a Medida Provisória nº 870 e a

¹⁹ A Insegurança Alimentar é caracterizada pela falta de acesso regular a alimentos seguros e de qualidade. São três os níveis de insegurança alimentar: (1) leve, quando ocorre uma queda na qualidade dos alimentos consumidos e existe incerteza sobre a capacidade para conseguir alimentos no futuro; (2) moderada, quando há redução quantitativa nos padrões diários, além do comprometimento com a qualidade dos alimentos ingeridos; (3) grave, com a redução quantitativa e qualitativa severa de alimentos, não apenas da dieta dos adultos da residência, como das crianças também, se tornando uma experiência compartilhada por toda a família, podendo levar à fome (BARBARINI; MARIO, 2020).

extinção oficial do conselho em 23 de setembro de 2019, em uma votação que aconteceu no Congresso Nacional, a gestão da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) passou a ser feita pelo Ministério da Cidadania, criado por Jair Bolsonaro. Assim, a extinção do Consea é um caso exemplar de como a participação da sociedade civil na construção de políticas públicas vinha sendo esvaziada pelo governo de Bolsonaro, o qual extinguiu a maioria dos órgãos e conselhos consultivos desse tipo, implicando, consequentemente, em um enfraquecimento das instituições estatais e da democracia brasileira.

O que quero dizer com isso é que entender o contexto histórico é importante para situar a atuação do Idec como parte de processos mais amplos (e.g. transformações de narrativas a respeito da alimentação e da fome de diferentes grupos, a emergência e declínio de políticas públicas, a ocupação do Estado por diferentes grupos de interesse) nos ajuda a entender como e porque as discussões que norteiam a sua agenda de ativismo alimentar foram e ainda podem ser transformadas, evitando, assim, tratar o Instituto como uma organização apartada de processos sociais que o atravessam. O Idec atua dentro de uma sociedade e, portanto, tem o potencial de moldá-la (junto a outros fatores) na mesma medida em que pode ser moldado por ela. Pensar essas questões também nos ajuda a perceber os processos de rupturas e continuidades que estão embutidos no funcionamento do Instituto e perceber que ele não necessariamente se impulsiona em uma linha reta e contínua, podendo haver avanços e recuos.

3. Seguindo os atores: como as novas associações ajudaram a transformar o ativismo alimentar do Idec

Conforme as regras metodológicas da TAR, o contexto social não é aquilo que explica o fato científico, mas sim o que deve ser explicado quando estudamos ele (LATOURE, 2012). Em outras palavras, o social deve ser posto como o nosso ponto de chegada, não de partida. Pensar o contexto social nesse sentido, requer que eu problematize também uma suposta “neutralidade” das fontes que se colocam neste trabalho. Há décadas, várias autoras discutem sobre como a subjetividade da pesquisadora não pode ser separada do conhecimento produzido por ela, ou seja, que isso não é um elemento a ser “higienizado” da escrita (HARAWAY, 1995; CLIFFORD, 2008; COLLINS, 2016; DAVIS, 2016; hooks, 2017). Metodologicamente, é importante ressaltar que a subjetividade de um trabalho científico não está apenas em quem faz ele, mas também nas fontes que são usadas.

Para Le Goff (1996), todo documento é um documento-monumento, porque assim como a construção de um monumento é intencional e tem um propósito claro, o historiador argumenta que a elaboração de um documento também possui uma série de objetivos e finalidades as quais pretende alcançar. Antes de qualquer coisa, um documento só se torna uma fonte histórica a partir do momento em que *escolhemos* ele para produzir conhecimento histórico. Dessa forma, somos nós, historiadoras, que transformamos esse registro em uma fonte. Enquanto seres subjetivos, fazemos recortes temporais e analíticos, guiados por toda uma bagagem pessoal e acadêmica, que influenciam na escolha desses documentos e nas suas interpretações (LE GOFF, 1996). E nós dividimos essa subjetividade com as nossas fontes. Nenhum documento possui neutralidade, à medida que todos eles foram produzidos por determinados atores sociais e com determinadas finalidades em vista. A própria (não) preservação ou (in)disponibilidade de um documento nos diz muito sobre como eles são permeados por relações de poder. Não podemos estudar um assunto em que não há acesso a fontes e essas fontes só podem existir se houver interesse na produção e preservação delas.

Considerando a discussão apresentada acima, neste capítulo, tomo como fontes: relatórios anuais de atividades do Idec entre 2004 e 2019; quatro entrevistas semiestruturadas realizadas entre setembro e novembro de 2022 com pessoas que trabalharam em diferentes segmentos relacionados à alimentação no Instituto durante os anos de recorte da pesquisa, duas delas tendo trabalhado nos anos iniciais do recorte e outras duas nos anos finais; uma cartilha de “*10 passos para uma alimentação saudável*” produzida pelo Idec; materiais disponíveis nos

sites “Alimentando Políticas” e “Observatório de Publicidade de Alimentos” (OPA), ambos projetos de iniciativa do Instituto, e página na internet da Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, coalizão na qual o Idec faz parte do Núcleo Gestor; e o Caderno Idec da Série alimentos²⁰ sobre rotulagem e DCNT de 2014. Isto é, são todos documentos produzidos pelo próprio Instituto. Uma vez que a minha proposta é olhar para dentro dele, o que interessa na análise não é descrever em qual contexto as problematizações feitas pelo Idec se inserem, como se o contexto fosse algo já dado, mas entender como a organização reúne – em parceria com outros atores – recursos simbólicos e materiais para tentar definir o que seria a realidade.

Em síntese, as seções que seguem esse capítulo apresentam uma análise de como o Idec e os atores que se alinham a ele contextualizam o mundo ao seu redor. A partir disso, busco, primeiro, entender como a organização e a sua agenda de ativismo alimentar desenharam e foi desenhada por essas diferentes entidades com quem se associou ao longo dos anos. Na segunda e última seção, argumento que para compreender como se deu a construção dessa rede sociotécnica forjada pelo Idec, a qual caracterizo como resistente, é necessário que sejamos capazes de pensar os enquadramentos simbólicos em conjunto com a materialidade.

3.1 “Pessoas ligadas mais à vigilância sanitária que apoiavam esse tema”: os alinhamentos que permitiram a criação e transformaram o Programa de Alimentos do Idec

Desde a sua criação em 1987, o Idec sempre teve a pauta alimentar como um dos seus principais eixos de atuação. Contudo, o Programa de Alimentos só foi criado em 2015, com o nome “Alimentação Saudável e Sustentável”²¹, dando cada vez mais destaque a temas relacionados às DCNT e ao sistema e ambiente alimentar, até o momento em que eles foram realocados para o cerne de todas as discussões envolvendo alimentação dentro do Instituto. O que a análise das fontes aponta, é que a estruturação de um programa específico para tratar a alimentação, assim como a transformação das temáticas centrais do Idec e das estratégias para avançar com cada uma delas, está diretamente ligada às transições e mudanças no cenário político brasileiro e internacional envolvendo a alimentação. Também é importante lembrar que afirmar que pautas relacionadas às DCNT e ao sistema e ambiente alimentar se tornaram

²⁰ A Série alimentos do Caderno Idec é dividida em três publicações visando apresentar os resultados do projeto “Eficácia das políticas públicas brasileiras relacionadas à alimentação não saudável como um fator de risco para doenças crônicas não transmissíveis”, conduzido pelo Idec com apoio financeiro do *International Development Research Centre* (IDRC).

²¹ Conforme aparece no relatório anual de atividades de 2015 do Idec e relatou Júlia*, nutricionista que trabalhou no Idec, entrevista 1, realizada em 13 de setembro de 2022.

prioridade na agenda do Idec não é o mesmo que afirmar que os temas anteriores com maior destaque foram abandonados ao longo desse caminho. O que acontece é que a forma de abordar cada um desses pontos passa a ser atravessada por diversas outras questões que modificaram o olhar do Instituto sobre a emergência de determinadas ações necessárias para promoção do que ele considera uma alimentação adequada e saudável no Brasil. Essas transformações que levaram à criação do Programa de Alimentos foram relatadas por Júlia*, como exemplifica o trecho a seguir:

Então, o programa não existia, né? [...] pessoas ligadas mais à vigilância sanitária que apoiavam esse tema [da alimentação] [...] Depois, quando a gente conseguiu mais recursos, mais projetos, e o Idec também viu oportunidade de organizar e estruturar as áreas de trabalho por programas temáticos. Aí que o programa foi criado [...] acho que 2015, 2016. Foi essa reestruturação de ideia que resultou na criação do programa. (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

A criação do Programa de Alimentos traduz uma virada muito importante dentro do Idec, porque é a partir dele que a problematização do nível de processamento dos alimentos, que gradativamente crescia dentro da agenda do Instituto, passa a ocupar oficialmente o centro das discussões promovidas por ele. Além disso, o programa também simboliza uma mudança muito importante, não apenas nos temas que passaram a ocupar o âmago das preocupações do Idec, mas também em *como* esses temas passam a ser trabalhados:

[...] o Idec tinha uma atuação na área de alimentação, na minha opinião, mais reativa e mais fragmentada. Tinha, por exemplo, uma atuação de acompanhar as agências reguladoras, de fazer pesquisas pontuais para denunciar problemas regulatórios de rotulagem mesmo, ou de publicidade, ou de qualidade dos alimentos, de fazer testes de contaminações. Mas eram ações que acabavam não conseguindo tanta repercussão de comunicação. Tinha estratégias jurídicas fortes. (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

Os alimentos com alto nível de nutrientes considerados prejudiciais à saúde (e.g. açúcar, sódio e gordura saturada) pela literatura médica (MONTEIRO; CANON, 2012), que estão relacionados ao desenvolvimento de DCNT e possuem, geralmente, alto processamento, foram, de maneira direta ou indireta, tratados em todos os relatórios anuais de atividade analisados. Contudo, até o ano de 2006, essas questões apareciam apenas a partir de testes e pesquisas relacionados a nutrientes em específico. As ações e campanhas sobre alimentação promovidas pelo Idec, eram pensadas a partir de uma área chamada “Testes e Pesquisas”, na qual atuava o corpo técnico de todos os temas prioritários do Idec (ou seja, não era específico para tratar sobre alimentação). Nessa área, eram desenvolvidas pesquisas rápidas, com o intuito de serem publicadas na Revista do Idec (circulada apenas para os associados da ONG) e gerar uma

atenção midiática para que o assunto também fosse debatido nos setores regulatórios²². Isto é, essas pesquisas tinham um caráter mais pontual de atuação, mas já tinham como propósito medidas a longo prazo, como ações regulatórias e políticas públicas que auxiliassem as consumidoras a escolherem alimentos considerados mais saudáveis e adequados pelo Instituto, o que parece sempre ter sido a estratégia principal de trabalho do Idec ao longo de toda a sua existência, conforme demonstram os documentos escritos e as entrevistas analisadas.

O relato de Helena*, uma nutricionista que começou a trabalhar no Programa de Alimentos um pouco depois de 2015, exemplifica os comentários das entrevistadas sobre o que significou para a agenda de ativismo alimentar do Idec passar a ter um programa específico para trabalhar seus temas:

[...] dentro dos programas temáticos, conseguimos trabalhar com mais força, com mais especificidade [...] porque a gente trabalha muito por meio de projetos também [...] aumentamos o número de projetos, e nisso temos mais oportunidades, tanto de dinheiro, quanto de recurso humano. Recurso financeiro, recurso humano, então conseguimos expandir mais as nossas atividades, a maneira com que trabalhamos e os diversos métodos que a gente consegue utilizar. (Helena*, entrevista 4, 03/11/22).

Em outras palavras, ter um corpo de trabalho unificado para desenvolver as demandas relacionadas à alimentação, facilitou a construção de iniciativas que ajudaram o Instituto a desenhar as suas pautas e as melhores formas de agir diante dos seus focos de atuação. A partir de apoios a projetos por organizações internacionais aliadas, como *Global Health Advocacy Incubator* (GHA), *Bloomberg Philanthropies* e IDRC²³, o Idec pôde fazer a contratação de novos profissionais e a estruturação de estratégias que representassem melhor os seus objetivos diante do cenário nacional e internacional em que se encontravam.

Para falar melhor sobre essa “virada” que acontece no campo da alimentação no Idec com o surgimento do Programa de Alimentos, é importante voltarmos um pouco no tempo. Através de um projeto com apoio do IDRC, o Instituto conseguiu financiamento para a contratação de uma nutricionista. Até aquele momento, os casos vinculados à alimentação eram pensados, principalmente, a partir de agentes de vigilância sanitária, responsáveis pelos testes e pesquisas realizados nos alimentos, e as advogadas do setor jurídico, com o papel de representar ações de litígio e de possíveis reivindicações de mudanças legislativas e

²² Conforme relataram Júlia* e Catarina*, advogada que trabalhou com processos relacionados à alimentação no setor jurídico do Idec, entrevista 3, realizada em 05 de outubro de 2022.

²³ Embora existam outras instituições que prestaram apoio financeiro a projetos do Idec dentro da área de alimentos ao longo dos anos, essas são as três com mais citações durante as entrevistas e nos documentos escritos analisados. As duas últimas aparecem no *site* da entidade, na aba de intuições que apoiam o Idec atualmente. Disponível em <<https://idec.org.br/apoio-e-parcerias>> acesso em 11 de dezembro de 2022.

aprimoramentos de políticas públicas, a partir dos dados evidenciados nessas pesquisas sanitárias²⁴. Assim, em 2013, Ana Paula Bortoletto é contratada pelo Idec e se torna a primeira nutricionista do quadro técnico da organização. Na mesma época, além de nutricionista do Idec, Bortoletto também era pesquisadora do NUPENS, grupo responsável pelo desenvolvimento da classificação NOVA. No relatório de 2015, além de apresentar o Programa de Alimentos, o Idec utiliza pela primeira vez em um documento oficial o termo “ultraprocessado”, desenvolvido pelas pesquisadoras do NUPENS, para se referir aos alimentos com alto nível de processamento, no lugar de “alimentos industrializados” ou “alimentos com alto teor de açúcar, sódio e/ou gordura saturada”, como a organização vinha fazendo até então.

Assim, a adoção da classificação NOVA pelo Idec se insere em dois momentos que são importantes de serem considerados: o primeiro, de defesa do Guia Alimentar para População Brasileira (BRASIL, 2014), cuja segunda edição foi lançada no final de 2014. Esse Guia abandona o modelo da “pirâmide alimentar”, que divide os alimentos em grupos a partir das suas funções e nutrientes, e passa a considerar a saudabilidade dos alimentos conforme o nível do seu processamento, entre outros critérios; o segundo momento, de alinhamento em relação a outros atores, que também se preocupam em discutir medidas regulatórias para conter o avanço no consumo de produtos ultraprocessados, considerados por eles como um risco para uma alimentação adequada e saudável, principalmente no cenário nacional e da América Latina. Além disso, 2014 também é o ano em que é montado o Grupo de Trabalho na Anvisa, do qual o Idec participou e apresentou propostas, para discutir o novo rótulo nutricional frontal (RNF) que deveria estar presente em alimentos com alto teor de nutrientes considerado prejudiciais à saúde²⁵. Esse foi um momento importante para colaborar com outras organizações que também tinham entre seus objetivos a promoção de uma alimentação adequada e saudável. Casos como esse são exemplos de como o Idec pode ser pensando enquanto um agente social que transforma e, simultaneamente, é transformado (BENFORD; SNOW, 2000). É transformado à medida que, ao se atentar às estratégias dos atores a sua volta, modifica seu vocabulário para se alinhar a eles e transforma quando esse alinhamento é traduzido em uma série de ações que ajudam na

²⁴ Conforme contaram Célia*, agente de vigilância sanitária que trabalhou como voluntária na área de Testes e Pesquisas do Idec, entrevista 2, realizada em 22 de setembro de 2022, e Catarina*.

²⁵ Em 2014, a Anvisa passou a discutir um modelo de RNF, a fim de facilitar a compreensão das consumidoras sobre a saudabilidade dos alimentos, bem como uma revisão das normas já vigentes. Várias organizações da sociedade civil foram convidadas a apresentar suas propostas, entre elas, o Idec, que defendeu um modelo de alerta em forma de triângulo preto, sinalizando os alimentos altos em açúcar, sódio, gordura saturada e gorduras totais, além da presença de gordura trans, e adoçantes. Em 2020, a Anvisa optou pelo modelo em forma de lupa, que alerta sobre o alto teor de açúcar, sódio e gordura saturada e se alinha mais ao modelo favorecido pelas representantes da indústria do que pelas organizações de defesa da consumidora (DUARTE, 2021).

produção de significado para os seus aliados, observadores e anti-grupos, provocando reações neles, seja elas de concordância ou enfrentamento.

Se o social precisa ser explicado e não posto como algo “dado” (LATOURET, 2000), então cabe apontar que a inserção de uma nutricionista ao time de pessoas que coordenam, elaboram e articulam as pautas alimentares defendidas pelo Idec é um fato importante para entender as transformações na agenda de ativismo do Instituto desses últimos anos em relação ao começo do século XXI. As visões de mundo das problemáticas que envolvem o “comer” se modificaram, agregando às pautas antigas uma série de novas questões e novas formas de agir a partir delas. E essas transformações foram trazidas por um ator social que desempenhou um papel diferente daqueles que já estavam inseridos na rede de associações do Idec até aquele momento (advogadas e sanitaristas), junto a um alinhamento com novas instituições e atores não-humanos (e.g. Guia Alimentar, a classificação NOVA, IDRC) que possibilitam a expansão do que é possível pensar e fazer sobre alimentação.

Por volta de 2006, o Idec passou a dar mais atenção às ações regulatórias do mercado de alimentos, quando a Anvisa começa um debate sobre a regulação da sua publicidade, motivada por uma discussão de organismos internacionais de saúde e de defesa da criança (e.g. *Consumers International*, GHAI, *International Baby Food Action Network – IBFAN*) que também debatiam a relação entre o consumo de alimentos não saudáveis e as DCNT. De acordo com Catarina*, quando a Anvisa publicou a sua decisão sobre regulação da publicidade de alimentos, ela foi vista de forma bastante insatisfatória pelas organizações de defesa da consumidora e pela sociedade médica. A partir disso, o Idec começa a se articular com diversas outras entidades da sociedade civil que atuam no tema de alimentação, como o Conselho Federal de Nutricionistas (CFN) e o Instituto Alana, e a ter um olhar mais crítico sobre publicidade de alimentos. Também em 2006, os alimentos com alto teor de açúcar, sódio e gordura saturada, a rotulagem e publicidade de alimentos passaram a ser citados nos relatórios anuais do Idec de forma mais direta e cada vez com mais destaque conforme os anos vão avançando. Nos primeiros relatórios analisados, os assuntos que ganhavam maior espaço na parte da alimentação eram os transgênicos e agrotóxicos²⁶, assim como a defesa de rótulos alertando sobre a sua presença. Analisando esse material, conforme as questões relacionadas às DNCT vão crescendo dentro da agenda, os alimentos transgênicos e os agrotóxicos começam a

²⁶ Em 2022, o Idec criou o Programa de Consumo Sustentável, com o qual o Programa de Alimentos divide alguns tópicos relacionados à alimentação, como o dos transgênicos e agrotóxicos, segundo a nutricionista Helena*.

ocupar um espaço menor nesses documentos, apesar de continuarem sendo pautas do Instituto. Sobre as mudanças na agenda do Programa de Alimentos ao longo dos anos, Júlia* contou:

[...] eram mais voltadas [as atuações do Idec] a essa agenda de produção de alimentos transgênicos, agrotóxicos nas ações judiciais e menos na agenda de doenças crônicas, de alimentação saudável [...] com algumas atividades mais pontuais no começo da década de 2000. [...] depois [de 2016] foi ampliando a equipe [...] com o projeto da Bloomberg, foi possível contratar mais gente [...] O volume de recursos disponível e a agenda focou mais na agenda regulatória e de rotulagem, que era a oportunidade que a gente estava vendo mais evidente de avanço. E acho que aumentaram as parcerias e articulações [...] (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

As transformações (econômicas, de agrupamentos, estratégicas, entre outras) no Programa de Alimentos do Idec e, conseqüentemente, na agenda de ativismo dele, não significaram o abandono de pautas mais antigas do Instituto, como já mencionado, mas a vinculação delas junto a novas pautas que passaram a ganhar importância a partir das articulações e alinhamentos forjados com outros atores. Esses movimentos do Idec também estão inseridos em um momento de virada geracional do ativismo alimentar no Brasil (PORTILHO, 2020), reforçando a ideia de que essas mudanças são possíveis devido às associações que o Instituto fez com diferentes atores, que muito além do investimento financeiro, também agregaram uma série de novas perspectivas sobre o comer e sobre como essas pautas devem ser trabalhadas, considerando as mudanças ocorridas no sistema alimentar nas últimas décadas e as conseqüências disso para a realidade das consumidoras brasileiras (SCHNEIDER *et al*, 2016; DAVID; GUIVANT, 2020). Mais do que estar *inserido* em um contexto social, o Idec produz contextualizações a partir da sua visão de mundo e dos seus aliados e, simultaneamente, disputa essa visão com outros atores (e.g. representantes da indústria alimentar e do agronegócio) que também tentam definir o que é a realidade da alimentação e saúde no Brasil, como veremos melhor no capítulo 3.

Para Helena* o Idec possui 4 pilares que integram a metodologia do seu trabalho para pressionar os órgãos públicos a atender suas demandas, além do destaque dado às demais entidades com as quais ele é parceiro. O trecho da entrevista a seguir ainda retoma o papel das entidades, nacionais e internacionais, que agem em conjunto com o Idec na promoção das suas principais pautas e demonstra como as próprias ativistas envolvidas na organização do Programa têm consciência de que o Instituto atua em uma rede com associações dinâmicas, que variam conforme o tema e os atores que precisam ser mobilizados. Ou seja, é um exemplo de que a necessidade de dinamismo e associações heterogêneas é reconhecido pelas pessoas que integram o ativismo do Idec:

A gente trabalha com 4 frentes principais. Tudo o que a gente faz, tem embasamento científico, tem embasamento em evidências. Isso é um ponto principal, que embasa todas as ações. Então, o primeiro pilar, eu diria que é a parte de pesquisa. [...] O segundo, terceiro e o quarto pilares... não vou falar que é uma ordem, mas o primeiro com certeza é a pesquisa porque embasa tudo. Mas os outros 3, eu diria que estão ali no mesmo nível, seguido da pesquisa, porque as ações deles estão embasadas pela evidência, que são a parte de comunicação, a parte de advocacy e parte jurídica. [...] E, claro, tudo isso muito trabalhado em parceria. [...] o nosso trabalho é muito em rede. Eu dei o exemplo das pesquisas com universidades, mas a gente faz parte da Aliança, a gente faz parte da Colansa [...]. A gente tem muito contato com os países da América Latina, por exemplo, não só da pesquisa, mas também pessoal que faz advocacy, também o pessoal que faz a parte jurídica, então tem essa troca muito grande. Tanto regionalmente... especificamente regionalmente [na América Latina]. Porque as políticas são muito parecidas. Os posicionamentos são bastante parecidos em relação à regulação, especialmente de ultraprocessados [...] Mas também nacionalmente [...] a gente trabalha muito em rede, dependendo do tema. (Helena*, entrevista 4, 03/11/22).²⁷

Uma questão que também chama a atenção nesse trecho é a importância atribuída aos dados científicos. Não apenas a Helena*, como todas as interlocutoras com as quais conversei, em diversos momentos da entrevista, recorreram à Ciência para justificar as ações do Idec e a estruturação dos seus argumentos e estratégias. Na análise dos documentos escritos, o conhecimento técnico e acadêmico também é frequentemente invocado para fortalecer o que o Instituto deseja comunicar ao público não especialista. Isso acontece porque as eventuais controvérsias alimentares ou alegações que ainda não estão muito bem consolidadas como fatos não são mencionadas, sobretudo na comunicação com as consumidoras. Um exemplo disso é a postura do Idec em relação ao uso de adoçantes. As pesquisas em relação aos efeitos de adoçantes nos nossos corpos ainda são muito incertas, e não podem afirmar que o produto traz malefícios e/ou benefícios para o organismo humano. Enquanto os nutrientes vinculados ao desenvolvimento de DCNT recebem muita atenção nas suas publicações, justamente porque têm pesquisas e resultados mais consolidados, o Idec se posiciona muito timidamente contra o uso de adoçantes para substituição do açúcar. Reconhecer essas limitações, características da produção de conhecimento científico, implicaria também em um enfraquecimento da atuação do Idec. Por isso, uma das estratégias do ativismo alimentar para conversar com o público leigo é acionar a Ciência como uma caixa-preta fechada (LATOURE, 2000), uma fonte de certezas, com informações, teorias e fatos científicos colocados como reais e inquestionáveis.

²⁷ As organizações “Colansa” e “Aliança” citadas na entrevista são referentes à Comunidade de Prática América Latina e Caribe Nutrição e Saúde e Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, respectivamente.

Um consenso nas entrevistas feitas e na análise dos documentos escritos e dos *sites* OPA, Alimentando Políticas e Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável, é a importância do setor jurídico e da incidência dele, alinhado ao setor técnico, na construção de políticas públicas voltadas à alimentação. Grupos brasileiros consolidados na área de ativismo alimentar, como o Idec, tendem a focar suas demandas no Estado, e não no mercado. Portilho (2020) apontou isso quando falou sobre sua entrevista com uma representante do Idec, na qual afirmou que o Instituto considera importante as ações individuais das consumidoras, mas escolhe concentrar suas energias em ações coletivas para assegurar o amparo institucional na criação de ambientes que facilitem melhores escolhas alimentares. Com isso, eles têm o potencial de transformar as instituições federais, por meio da criação de novos departamentos e políticas públicas que atendam às suas demandas. Ou seja, o foco das suas estratégias costuma estar em mobilizações com efeitos a longo prazo. A maior mudança nessa metodologia de trabalho ao longo dos anos está, segundo as interlocutoras, no fortalecimento e refinamento das técnicas de *advocacy*²⁸, como veremos melhor no capítulo 3. É importante também destacar que uma parte considerável do recorte de análise desse trabalho se passou durante o primeiro Governo Lula (2003-2010), quando a preocupação com a alimentação ganhou maior destaque nas ações do Estado, com a criação de programas e políticas públicas voltados ao tema, como discutido no capítulo anterior. Isto é, esse foi um período fértil para discutir práticas alimentares e o dever do governo na regulamentação da publicidade e rotulagem dos alimentos e na promoção de uma dieta à base de alimentos adequados e saudáveis para população brasileira. E o Idec, obviamente, fez uso disso.

O ano de 2014, além de ser o ano da publicação da segunda edição do Guia Alimentar e do início da discussão sobre um novo RNF no país, é também quando o relatório da FAO (2014) declara a saída oficial do Brasil do Mapa Mundial da Fome. Sair do mapa da fome permitiu que os grupos de ativismo alimentar brasileiros pudessem mover determinadas pautas, como a da SAN, do âmago da sua discussão e voltar uma atenção maior a outros temas que ganhavam menos atenção em prol do que era a preocupação principal da população até aquele momento. Ainda que tornar certas práticas alimentares, como o consumo de alimentos ultraprocessados, um problema seja uma forma do Idec e dos seus aliados de contextualizar a sua realidade social (DUARTE, 2022), esse seguimento não pode ser pensado fora de processos

²⁸ *Advocacy* é um termo em inglês, com origem do latim "*advocare*", que significa ajudar alguém em necessidade. Desde a década de 1990, ele é utilizado para se referir a prática política de indivíduos, organizações ou grupos de pressão, com a finalidade de influenciar a formulação de políticas e a alocação de recursos públicos, de forma que atendam às necessidades da população.

mais amplos nas quais o Instituto se insere e que permitem que suas problematizações surjam e sejam levadas adiante.

3.2 Resiste aquilo que é instável: enquadramentos simbólicos e materialidade na análise dos agrupamentos

O Idec é uma organização da sociedade civil brasileira com mais de 30 anos de atuação. Referência na área de direito das consumidoras, ela é chamada para entrevistas com veículos de imprensa, convidada a se manifestar em consultas públicas, a dar contribuições técnicas no processo de formulação de políticas públicas e durante o estudo de projetos de lei no Congresso Nacional, além de atuar como *amicus curiae*²⁹ durante processos judiciais. Essa constância da organização acontece graças aos seus esforços de ter uma rede sociotécnica heterogênea e instável (ROSA *et al*, 2020), isto é, devido ao seu constante envolvimento com novos atores e diferentes controvérsias alimentares. Se posicionar frente a novas controvérsias permite que o Idec, além de demonstrar quais são suas pautas e propostas de solução dos problemas que tentam combater, demonstre também a quem ele se associa e quem ele delimita enquanto antagonistas, forjando uma rede dinâmica e, portanto, resistente (ROSA *et al*, 2020). Essa heterogeneidade nas associações internas e externas fez com que a organização não ficasse “parada” no tempo, mas acompanhasse as discussões que estavam sendo feitas ao seu redor e ajudasse a construí-las.

Em uma análise restrita ao nível do discurso simbólico, a preocupação estaria em explicar apenas as diferentes construções do que forma a saudabilidade de um alimento para os diferentes agentes sociais, argumentando, por exemplo, que enquanto para indústria alimentícia o que importa na hora de definir se um alimento é saudável ou não são os nutrientes, para as organizações da sociedade civil, que atuam em defesa das consumidoras, são as formas de processamento que devem ser priorizadas. Para avançar na discussão, no entanto, me parece essencial ressaltar a importância dos elementos materiais, além dos simbólicos, na análise do que constitui a rede do Idec, conforme discutido no capítulo 1. É a atenção à materialidade embutida nas práticas analisadas que constroem uma metodologia bem descrita e transparente, permitindo que acompanhem os movimentos feitos e desencadeados pelos atores não-humanos (LATOUR, 2012). Além de forjar alianças com outras organizações de defesa do consumidor e ativismo alimentar, o Idec também se associou a diversos outros atores,

²⁹ *Amicus curiae* é um termo jurídico em latim, utilizado para designar uma instituição, com *expertise* em um determinado assunto, que atua fornecendo subsídios técnicos às decisões do tribunal. No português, significa “Amigos da corte”.

mobilizados nas suas práticas e que muitas vezes podem nos parecer “invisíveis” ou postos como fatores com menos influência e significância nas ações do que os atores humanos. A literatura médica e outros estudos que ajudaram a construir sua argumentação sobre o que constitui uma alimentação adequada e saudável e quais tipos de alimentos devem ser combatidos, a infraestrutura de universidades e centros de pesquisa que fazem esses estudos existirem, a Ciência invocada como uma fonte de certeza, os nutrientes alimentares problematizados, as plataformas digitais utilizadas para divulgação das suas ações, bem como os guias, relatórios e cadernos escritos com a finalidade de chamar atenção de consumidoras para determinadas causas defendidas pela organização, são exemplos de não-humanos incorporados à rede do Instituto. Em outras palavras, não posso analisar de forma satisfatória as mudanças na agenda de ativismo alimentar do Idec se não adicionar a materialidade e a agência dos não-humanos na conta.

Para TAR, os não-humanos se comportam como mediadores, provocando reações específicas nas redes das quais fazem parte. Tanto a classificação NOVA quanto um abaixo assinado promovido pelo Idec, por exemplo, causam movimentações, mas cada um deles faz isso de uma maneira e com um impacto diferente. O ativismo alimentar do Idec se relaciona com o mundo através de mediadores, como rótulos de alimentos, publicações no Instagram, guias alimentares, pesquisas e testes. A TAR chama esse processo de reconhecimento da ligação do social com o natural de “tradução”, cujo propósito principal é demonstrar como o mundo comum é compartilhado.

Com a atenção ao nível da materialidade, posso ir além e analisar que são os nutrientes e as formas de processamento de um alimento, tratados como mediadores construídos pela Ciência médica, que vão produzir alterações no nosso organismo (e.g. diabetes, glicose, hipertensão), permitindo que peritas estudem elas e conheçam os efeitos da nossa dieta no nosso corpo (DAVID, 2016). O contato dos nutrientes e dos processamentos pelos quais o alimento possa ter passado com o nosso organismo, e os resultados obtidos a partir desse encontro entre natural e social, constituem esse processo de tradução, e é o que nos permite entender como nosso corpo funciona. Por isso, é indispensável que consigamos rastrear tudo que está em movimento e trabalhando em conjunto para produzir a ação estudada, já que não existe um ator central, mas entidades (humanas e não-humanas) que atuam em uma rede de associações.

Quando as transformações na agenda de ativismo alimentar são pensadas meramente através de discursos simbólicos, ignorando essa materialidade que as atravessa, ela ignora também fontes e atores essenciais para entender como o Idec mobiliza e traduz a sua realidade. O caminho percorrido pelo Instituto entre 2004 e 2019 faz muito mais sentido quando não

deixamos a divisão entre o que é natural e o que é social limitar o que pode (e deve) ser analisado.

4. Quem procura, acha: mapeamento de antagonistas e soluções para construir a ação coletiva

No capítulo anterior, analisei como o Idec e os atores que se alinham a ele contextualizam o mundo ao seu redor, tornando determinadas questões um problema, atentando para como as perspectivas dos enquadramentos interpretativos e a TAR se aproximam e possibilitam uma análise, de modo a considerar não apenas as questões simbólicas, mas também a materialidade das suas ações. Este capítulo dá continuidade a esta tentativa de articular as duas perspectivas, contudo, no que se segue, direciono o foco para a indústria alimentícia e as consumidoras.

Além das fontes já mencionadas segundo capítulo 2, utilizei outros dois Cadernos Idec, da Série alimentos, publicados em 2014. O primeiro trata da redução de sódio em alimentos e o segundo aborda a publicidade de alimentos considerados não saudáveis pelo Idec. Ambos tecem críticas mais diretas à indústria alimentícia e servem como fontes pertinentes para entender como o Idec responsabiliza os fabricantes pela produção e pelo consumo dos ultraprocessados. Ainda, utilizo reportagens do jornal O Joio e O Trigo, uma cartilha sobre desertos alimentares produzida pelo Idec e duas atividades presenciais, das quais participei, e que foram idealizadas em parceria com o Instituto, sobre rotulagem e *lobby* empresarial, realizadas em outubro de 2022, na cidade de SP. Mais uma vez, todos os documentos selecionados e transformados em fonte por mim, foram produzidos pelo próprio Instituto e/ou aliados.

Na primeira seção, discuto como o Idec se posiciona como um antagonista das indústrias alimentícia e de bebidas açucaradas, associadas à produção de ultraprocessados, atentando para como o Instituto responsabiliza tais indústrias pelo consumo desses produtos e quais são alguns dos principais problemas relacionados à produção e consumo deles. Na segunda seção, foco nos recursos reunidos pela organização para tentar barrar as estratégias de *lobby* utilizadas pelos diferentes setores das indústrias, o papel que o Idec atribui aos órgãos públicos nessa regulamentação e algumas das principais soluções para desmobilizar suas antagonistas e avançar a sua agenda de alimentação adequada e saudável no Brasil. Na terceira seção, analiso a relação do Idec com as consumidoras. Assim, busco compreender como o Idec interpreta as percepções delas sobre problemas relacionados ao consumo alimentar e de que maneira tal interpretação influencia a tomada de decisões do Instituto.

4.1 Como os ultraprocessados foram eleitos pelo ativismo alimentar os vilões da alimentação adequada e saudável

A identificação de “antagonistas” na formação de grupos é apontada tanto pela TAR, quanto pela teoria de alinhamentos de molduras interpretativas. Para essas teorias, a definição das antagonistas é feita pelos próprios atores porta-vozes do grupo (LATOURET, 2012). Benford e Snow (2000) definem esse reconhecimento como o primeiro passo da ação coletiva de movimentos sociais e chamam ele de “enquadramento diagnóstico”, sendo o momento em que o grupo define os problemas e os atores a serem combatidos e antagonizados. Algo muito caro a Latour (2000; 2012) nessas definições, é que precisamos estar sempre atentas para acompanhar como essas demarcações são feitas, ou seja, como os próprios atores se diferenciam uns dos outros. No caso do Idec, a identificação das suas antagonistas, dos pontos a serem combatidos e das soluções postas a esses problemas, é consistente nas diversas fontes analisadas.

Ainda em 2004, a defesa do consumo dos alimentos *in natura* e o combate aos ultraprocessados (apesar de nenhum dos dois terem esses nomes na época) já aparecia como um ponto muito importante na agenda de ativismo alimentar do Idec, e ganhou cada vez mais espaço ao longo dos anos, como discutido no capítulo anterior. O posicionamento da organização contra os ultraprocessados e os avisos sobre os riscos desses produtos ao nosso corpo e ao ambiente é traduzido a partir de um discurso de responsabilização da indústria de alimentos e de bebidas açucaradas pela produção e pelo consumo deles. Na verdade, para o Idec, essa responsabilização deve ser rastreada desde o início da cadeia produtiva e não apenas no que se refere à comercialização dos alimentos, ainda que ela não seja reconhecida pela indústria. Tal movimento de responsabilização é discutido no seguinte trecho da entrevista com Helena*:

É uma responsabilização que eles não têm, desde o início da cadeia produtiva. E a gente sabe das conexões que o agronegócio tem com a indústria de ultraprocessados, com a indústria do anunciante, etc. É uma grande teia que se conecta [...] chegar na produção, em como os alimentos são produzidos, que tipo de produtos e ingrediente é colocado ali dentro, qual é a mão de obra que é utilizada, que tipo de embalagem, que tipo de informação chega para o consumidor, como esse alimento é publicizado, a que preço, a que disponibilidade, qual que é o acesso que é dado. Então, tudo isso é o sistema alimentar como um todo, você vai acumulando e, para tentar fazer um paralelo, é cumulativo os prejuízos. Deveria ser cumulativa a responsabilização, mas ela não existe. (Helena*, entrevista 4, 03/11/22).

Assim, a postura do Idec em relação aos ultraprocessados é de que a sua produção é um problema para todas as etapas do sistema alimentar, não apenas a do consumo. O sistema alimentar moderno contribui e, simultaneamente, é afetado pelas mudanças climáticas, pela degradação da terra e pela perda de biodiversidade do planeta (FAO, 2018). Além da racionalização e a medicalização dos alimentos (BEARDSWORTH; KEIL, 2002), ele é dominado pela agricultura industrial, cujo modelo de produção inclui um uso intensivo do solo, tecnologias e biotecnologias para alcançar altos níveis de produtividade. Os impactos de um sistema alimentar hegemônico ultrapassam a saúde das populações em um sentido estrito, também diz respeito à saúde em perspectiva ampliada e outros processos de precarização (incluindo processos de precarização de direitos e segurança das trabalhadoras, enfraquecimento de culturas alimentares locais e questões relacionadas ao bem-estar animal), além da economia global (lucros, empregos, suprimento de alimentos) (AGÊNCIA BORI, 2022). Em outras palavras, o que está em jogo para esses grupos quando falam sobre saúde na alimentação, não é apenas a garantia do consumo de determinados nutrientes ou calorias, ou como o nosso corpo reage a eles, mas também os impactos que a produção desses alimentos tem no ambiente, com justiça social para quem produz e para quem consome. A partir de trabalhos e pesquisas científicas sobre o assunto, o Idec contextualiza a produção e o consumo de ultraprocessados nesses processos, alinha esses dados a sua rede e desenha o problema que precisa ser combatido pelos atores.

Outra grande questão para o Idec ao falar sobre sistema alimentar moderno e ultraprocessados, são os ambientes alimentares. Em especial, a crítica que a organização faz aos desertos alimentares (locais nos quais o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processado é escasso) e aos ultraprocessados estão presentes em abundância nas fontes consultadas. Para organizações como o Idec, esses desertos podem e devem ser combatidos a partir de políticas públicas que incentivem a criação de feiras livres (e de outros espaços) que permitam o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processados pelas cidades, uma vez que a oferta escassa desses alimentos nutritivos é um dos grandes obstáculos para que parte da população tenha uma alimentação adequada e saudável, rica em alimentos “de verdade” e sem produtos com alto nível de processamento, como recomenda o Guia Alimentar Para a População Brasileira (BRASIL, 2014) e defende o Instituto.

A responsabilidade acerca dessas questões sobre ultraprocessados é um objeto de disputa entre o Idec e as representantes das indústrias que os produzem. O Instituto e diversas outras organizações de ativismo alimentar, dentro e fora do Brasil, adotam uma postura de maior responsabilização da indústria alimentícia e de bebidas em relação a esses alimentos, da

mesma forma que cobra a regulamentação por parte do Estado da publicidade, rotulagem e tributação de alimentos com nutrientes vinculados ao desenvolvimento de DCNT. Ele também argumenta que o consumo dos ultraprocessados são muito mais incentivados (e.g. com publicidade infantil, posicionamento dos produtos em prateleiras estratégicas nos mercados, preços, entre outros) pelas representantes da indústria do que os alimentos *in natura*. Em contrapartida, a literatura aponta que representantes das grandes corporações alimentícias adotam um discurso de responsabilidade individual, argumentando que as consumidoras devem ter liberdade para tomar suas decisões sem regulamentações e interferências externas, ao mesmo tempo em que financiam pesquisas científicas que favorecem seus produtos (NESTLE, 2019), seja apontando que seus nutrientes produzem efeitos favoráveis no nosso metabolismo ou que nenhum alimento prejudica a saúde, desde que seja consumido em moderação e em conjunto à prática de exercícios físicos. Essa contextualização da realidade feita pelo Idec também realizada por outros atores, entre eles, corporações e organizações empresariais dominantes ligados às cadeias agroalimentares (POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Isto é, os grupos de ativismo alimentar disputam a definição da realidade com suas antagonistas. O discurso da indústria se alinha à lógica neoliberal da “escolha individual” ligada à micropolítica do cuidado de si. Nessa perspectiva, cabe aos indivíduos se responsabilizarem pelos alimentos que consomem e pelo estilo de vida que consideram mais saudável para si – enquanto organizações como o Idec consideram que a responsabilidade corporativa deveria ter mais peso, uma vez que são essas corporações que produzem, publicizam e usam estratégias de *marketing* para vender produtos que elas sabem que são maléficos à saúde das consumidoras e do ambiente. Essa responsabilização atribuída pelo Instituto às indústrias envolvidas na produção dos ultraprocessados é bem exemplificada na fala de Júlia*:

[...] os ultraprocessados são produtos formulados para serem consumidos de forma despercebidas, para estimular o paladar e permitir um consumo maior na mesma ocasião. A publicidade que faz com que esses alimentos se tornem muito atrativos, e criam fidelizações com os consumidores, as estratégias de preços e de promoção desses produtos. Existe toda uma lógica aí de comercialização e oferta desses alimentos... na prateleira mais baixa, publicidade infantil. Enfim, subsídios para produzir ultraprocessados, para o preço ficar mais baixos, matéria-prima mais barata, etc. Então, tem toda uma lógica construída para que os ultraprocessados sejam mais consumidos, mais acessíveis, mais baratos. (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

Além da falta de responsabilização desses representantes e do aumento das DCNT, outro problema identificado pelos grupos de ativismo alimentar no Brasil sobre o aumento do consumo de ultraprocessados é o impacto dessas mudanças dos hábitos alimentares no Sistema

Único de Saúde (SUS) e, conseqüentemente, nos gastos do governo com a saúde da população brasileira. Entre as estratégias para responsabilizar a indústria por esses impactos no SUS está a mobilização de dados e pesquisas, como o estudo de Nilson *et al* (2019) que indica que, entre 2008 e 2010, o SUS gastou cerca de R\$ 3,45 bilhões anuais com excesso de peso e obesidade no Brasil. Tais dados são parte dos recursos acionados pelo Idec para defender a tributação de bebidas açucaradas (e.g, refrigerantes, sucos “de caixinha”), por exemplo. Com isso, a organização argumenta que esse incentivo fiscal, somado ao apelo publicitário dos ultraprocessados, possui um papel fundamental na mudança dos comportamentos alimentares das brasileiras, que cada vez mais incorporam esses produtos na sua dieta (BORTOLETTO *et al*, 2013). A redução do consumo dos ultraprocessados significa, conseqüentemente, reduzir o número de desenvolvimento e/ou agravamento das DCNT, como diabetes e doenças cardiovasculares. Com isso, o Idec responsabiliza as corporações, além dos órgãos de regulamentação e fiscalização do Estado, pelo impacto que os incentivos fiscais e o consumo das bebidas açucaradas produzem na saúde da população brasileira e nos cofres públicos.

4.2 “Lobby do bem”: o uso do *advocacy* para barrar os avanços das produtoras de ultraprocessados

Ao estudarmos um grupo, precisamos atentar para como os seus porta-vozes definem quem eles são, o que defendem, ao que se opõem a eles e quais recursos utilizam para fazer isso (LATOIR, 2012). O segundo passo identificado pelas molduras interpretativas para a ação coletiva é do “enquadramento prognóstico”, em que o grupo mapeia e oferece soluções para os problemas identificados no primeiro enquadramento (BENFORD; SNOW, 2000). Ou seja, ao analisar o Idec, além de pensar a ideologia por trás dessas definições, é preciso considerar também a materialidade das suas estratégias e reconhecer os “recursos” utilizados pelo grupo para atingir seu objetivo pelo que eles são: atores. Quando se trata das ações de *lobby* da indústria alimentícia e de bebidas açucaradas, uma das principais ferramentas das organizações da sociedade civil, é a de *advocacy*.

Durante o processo de discussão sobre o novo modelo de RNF, O Joio e O Trigo, jornal investigativo sobre alimentação, fez uma cobertura com reportagens das movimentações que aconteciam em torno da Anvisa sobre a regulamentação. Em 2018, por exemplo, o jornal identificou uma reunião de William Dib, diretor-presidente da Anvisa na época, com representantes da indústria de alimentos e bebidas ultraprocessados, que não constava na agenda pública colocada à disposição no *site* da agência reguladora. A partir da Lei de Acesso

à Informação³⁰, foi aberto um pedido para que a agenda fosse atualizada e o jornal tivesse acesso aos dois meses que precederam a nomeação oficial de Dib como diretor-presidente, que aconteceu em setembro de 2018 (PERES, 2018a). Com isso, o Joio descobriu que, em agosto de 2018, Dib se encontrou com representantes da Associação Brasileira das Indústrias de Alimentação (ABIA) e da Associação Brasileira das Indústrias de Refrigerantes e Bebidas Não Alcoólicas (ABIR). O que chamou a atenção, é que, além de ter sido omitida, essa reunião aconteceu no mesmo dia em que Dib conversou com organizações da sociedade civil, a ACT – Promoção da Saúde, o Idec e o CFN, sobre o processo de reformulação de rotulagem alimentar que estava acontecendo. A página do jornal conta com uma série de reportagens sobre o *lobby* feito pelas grandes corporações de bebidas e alimentos no Brasil, sobretudo em relação à Anvisa (e.g. PERES, 2018b; PERES, 2018c; ZOCCHIO, 2018a; PERES; GEITENS, 2020) e são mais um exemplo de atores mobilizados pelo Idec para denunciar as ações de quem antagonizam.

Desde o seu surgimento, o Idec se envolveu em diversas controvérsias nas quais ele e seus aliados defendiam a formulação de políticas públicas que promovessem a alimentação adequada e saudável e ações regulatórias e de tributação contra ultraprocessados. As campanhas a favor da rotulagem frontal de alimentos com alto teor de nutrientes considerados prejudiciais à saúde, contra o projeto de lei que reduz a exigência para a rotulagem de transgênicos (Projeto de Lei da Câmara 34/2015), em apoio ao Projeto de Lei 1755/2007, que proíbe a venda de refrigerantes no ambiente escolar, contra o uso de trigo transgênico na massa do pão e as lutas contra os alimentos transgênicos, são alguns exemplos de como o Idec respondeu aos avanços de grandes corporações alimentícias no mercado brasileiro, adaptando suas campanhas e materiais ao que consideravam ser “o” problema emergente relacionado à alimentação no país naquele momento. Organizações da sociedade civil percebem o apoio governamental e, conseqüentemente, a criação de políticas públicas e departamentos voltados para alimentação, enquanto algo fundamental para a solidificação das suas reivindicações (PORTILHO, 2020). Por isso, focam suas campanhas e ações de pressão nos órgãos dos governos e nas representantes dos setores públicos.

Quando estive em SP, em outubro de 2022, participei da 6ª edição do evento “*Experimenta! Comida, Saúde e Cultura*”, como menciono na Introdução. Em um dos dias do evento, foi exibido documentário “*Big Food: O Poder das Indústrias de Ultraprocessados*” de

³⁰ A Lei de Acesso à Informação foi sancionada em 2011 e prevê o direito constitucional de qualquer cidadã ter acesso às informações públicas, e é aplicável aos três poderes da União. Conforme o artigo 32, recusar-se a fornecer a informação requerida, bem como atrasar deliberadamente o fornecimento dela, é considerado crime.

2021, produzido pelo Idec. A exibição ainda contava com um segundo momento de conversa com a nutricionista do Instituto, Laís Amaral, e o jornalista do O Joio e O Trigo, João Peres. No documentário, foram entrevistadas especialistas que falavam sobre as relações das corporações do ramo de alimentos e bebidas ultraprocessadas com o poder público e como elas investem pesado nas estratégias de *lobby* para fazer valer seus interesses (ver fotos do evento no Anexo 1). Também foi divulgado o “*Dossiê Big Food: como a indústria interfere em políticas de alimentação*”, elaborado pelo Idec e pela ACT – Promoção da Saúde, e publicado recentemente, em 2022. Apesar de extrapolar meu recorte temporal, diversas falas feitas durante o documentário e durante a sessão de conversa sobre o vídeo e o dossiê, são formulações mais “maduras” e alinhadas de tópicos que vêm sendo discutidos pelo Idec e por seus aliados há pelo menos uma década. De acordo com todas as entrevistadas, as estratégias de pressão para fazer os órgãos públicos atenderem suas demandas não tiveram grandes alterações ao longo dos anos. O que aconteceu, na verdade, foi um processo de aprimoramento de técnicas antigas (e.g. participação social em processos regulatório, consultoria sobre projetos de lei, construção de políticas públicas), possível por causa de apoiadoras que financiaram a construção de projetos e a contratação de pessoas especializadas, um cenário político que permitiu o avanço de discussões sobre alimentação e coalizões com outras organizações com o mesmo entendimento sobre os problemas e as possíveis soluções para alimentação brasileira.

De acordo com Catarina*, ocorreu um aprimoramento das estratégias de comunicação, jurídicas e de incidência feitas pelo Idec para pressionar os órgãos do Estado, que antes eram feitas de uma forma mais pontual e dependiam muito da disponibilidade dos recursos financeiros que eram necessários para uma especialista participar da consulta e dos fóruns de escuta da sociedade civil. A “virada” no Instituto acontece com a aplicação do *advocacy*, um conjunto de ações estratégicas bem definidas e organizadas para informar e influenciar tomadoras de decisão pela formulação e implementação de políticas públicas ou pelo direcionamento de recursos públicos, através da conscientização e do engajamento de outros atores da sociedade (MORGADO; GOZETTO, 2019). Ainda de acordo com Catarina*, foi a partir de um projeto da GHAI, uma incubadora internacional de *advocacy*, que o Idec teve recursos para formular estratégias bem consolidadas a fim de defender suas ações de incidência políticas.

É importante ressaltar que as práticas de *advocacy* feitas pelas ONGs se diferenciam do *lobby* exercido pelas empresas. Enquanto o *lobby* é uma atividade de exercício de pressão e influência muitas vezes velada, considerada ilícita no Brasil, exercida por grupos de interesse sobre políticos e/ou poderes públicos, a qual visa interferir nas decisões de órgãos públicos, o

advocacy é uma prática legal que envolve a ampla mobilização social em torno de uma causa de interesse público, através de atividades como: desenvolvimento de parcerias e coalizões, campanhas, mobilização social, negociações, pesquisas, publicações, realização de eventos, entre outras (MORGADO; GOZETTO, 2019). Segundo Helena*, o *advocacy* é o “lobby do bem”. Tanto a Aliança quanto as corporações alimentícias precisam munir os seus pontos de argumentação das controvérsias que participam para que eles convençam os membros de órgãos governamentais sobre suas demandas. Contudo, as práticas de *advocacy* e *lobby* exercida por esses atores não dispõem dos mesmos recursos.

Sobre a discrepância de poder entre essas duas formas de ação, Otero (2012) propõe que pensar em “Estado” na América Latina, envolve falar sobre um Estado completamente permeado pela lógica neoliberal. Isso porque o que o neoliberalismo latino apresenta não é um “Estado mínimo”, mas sim um Estado que retira as proteções sociais antes garantidas e cria no seu lugar medidas que protegem alguns poucos grupos de interesse (OTERO, 2018). Além disso, ele caracteriza uma crescente despolitização da esfera pública, invadida pela razão de mercado que promove uma nova forma de governo, a qual reproduz e dá respaldo aos valores neoliberais (TURIN, 2019). Assim, o impacto da atuação do Idec e outras organizações da sociedade civil também depende muito da transparência e do interesse do governo vigente em relação à alimentação, como contou Célia*. Governos mais receptivos possibilitam resultados mais rápidos e ações de *advocacy* mais eficazes, enquanto representantes com pouco interesse em atender e ouvir a sociedade civil representam barreiras muito grandes no avanço das discussões apresentadas pelas organizações, mesmo havendo estratégias bem elaboradas e executadas.

Um exemplo dessas coalizões pensadas a partir do *advocacy*, é a Aliança Pela Alimentação Adequada e Saudável, que surgiu em 2016, no contexto do processo regulatório de uma nova rotulagem alimentar brasileira, e voltou seus esforços à obrigatoriedade do RNF e à escolha do modelo que, segundo ela, comunicaria melhor o nível real de saudabilidade dos alimentos altamente processados. Hoje, em 2023, a Aliança possui mais de 70 organizações da sociedade civil como membros, com o Idec sendo parte do seu Núcleo Gestor, e realiza constantemente campanhas de conscientização, que fazem um chamado às consumidoras para conhecer as discussões que estão sendo feitas e participar de Consultas Públicas sobre rotulagem, enviar cartas de compromisso às candidatas a vagas governamentais, compartilhar materiais de defesa ao Guia Alimentar, assinar petições sobre tributação de bebidas açucaradas, entre outros (DUARTE, 2022).

As ações de *advocacy* desses grupos focam em pressionar o governo e seus representantes porque eles entendem que as escolhas alimentares da população se inserem em processos muito mais amplos e complexos do que meras escolhas individuais e, por isso, enxergam como responsabilidade de setores do Estado (e.g. Anvisa, Ministério da Saúde, Ministério do Meio Ambiente e das Mudanças Climáticas, representantes de Programas do governo voltados à alimentação, Consea) a promoção de espaços que facilitem e incentivem a escolha de alimentos mais saudáveis. Além disso, existe um esforço indireto para pressionar as grandes produtoras de alimentos e bebidas a melhorarem os produtos que circulam no mercado. Por exemplo, a disputa pela inserção de um modelo de RNF que alertasse da forma mais direta possível as consumidoras sobre a saudabilidade do produto não se limita ao direito de melhor informação à consumidora. Essa ação também é uma forma de fazer com que a indústria melhore a formulação dos seus alimentos, colocando quantidades menores de nutrientes vinculados ao desenvolvimento de DCNT, a fim de evitar a inserção desses alertas na embalagem dos seus produtos. A indústria entende esses RNF como um perigo ao consumo daquilo que ela produz, uma vez que, ao se deparar com algum alimento que contém o alerta, a consumidora pode preferir buscar por um produto sem a presença da Lupa. Ou seja, existe a estratégia de criar um risco à reputação corporativa com a qual o Idec também joga quando planeja suas ações e realiza suas reivindicações. As soluções postas por organizações de ativismo alimentar como o Idec são sempre voltadas a ações mais amplas, que visam melhorar o consumo de alimentos no Brasil a longo prazo, com políticas públicas, de assistência e departamentos especializados na esfera do governo para cuidar desses assuntos e garantir (PORTILHO, 2020; DUARTE, 2022). E o Idec efetua isso se colocando em espaços de órgãos públicos que discutem, regulamentam e promovem essas questões.

A definição dos antagonistas, dos problemas a serem enfrentados e das soluções postas para desmobilizar os grupos contrários e garantir o apoio das espectadoras às suas causas não é estática. Ela está sempre em aberto e em constante negociação com outros atores. As coalizões com outras organizações de ativismo alimentar, a estruturação de campanhas, estratégias de *advocacy*, o uso da Ciência, de redes sociais e a construção de materiais (cartilhas, relatórios, manuais) utilizados para divulgação da sua perspectiva, são alinhamentos feitos a partir da ideologia do grupo e, simultaneamente, são mediadores muito importantes na rede do Idec, porque são eles que ajudam a dar estrutura a ideologia do grupo e das suas ativistas. Isto é, as ações discursivas do grupo dão sentido à materialidade na mesma medida em que a materialidade dá sentido a elas.

4.3 Da margem ao centro: o papel das consumidoras na agenda do Idec

O “enquadramento motivacional” é o terceiro e último passo estabelecido pelas molduras interpretativas para a ação de grupos e diz respeito ao momento em que são construídas as razões que fazem indivíduos se engajar nas ações do grupo e sustentam a sua participação na organização (BENFORD; SNOW, 2000). Ou seja, não basta identificar suas antagonistas, os problemas delas e possíveis soluções. É necessário convencer as espectadoras sobre a resistência simbólica e material da sua rede. Se antes o protagonismo do ativismo alimentar ficava concentrado nas mãos de profissionais da área da saúde, agora o centro da discussão vem sendo ocupado por diferentes atores, em especial, consumidoras (SCHNEIDER *et al*, 2016; PORTILHO, 2020). Nas ações do Idec, as consumidoras têm uma singularidade: primeiro, o Instituto lança mão dos seus atores para mobilizá-las (e.g. com campanhas e ações voltadas ao público não especialista) e tentar alinhá-las com seus objetivos; depois, se a organização tem sucesso, essas consumidoras se tornam um ator dentro da sua rede. Elas deixam de ser apenas mobilizadas e passam a ser quem mobiliza as ações, quando, por exemplo, cobram das candidatas a cargos governamentais um compromisso com a promoção da alimentação adequada e saudável e participa de Consultas Públicas para fazer valer o que o Idec defende. Com isso, se tornam aliadas, significando que as consumidoras têm um papel muito caro à organização, desde o desenvolvimento de campanhas até o alinhamento delas como ator.

Durante o evento “*Experimenta! Comida, Saúde e Cultura*” também participei da oficina “*De olho no rótulo! Tá sabendo da nova rotulagem de alimentos?*”, organizada com o apoio do Idec, Nupens, Cátedra Josué de Castro, Instituto Feira Livre e Sesc-SP, e que contou com a participação de Ana Paula Bortoletto, Consulta Técnica do Idec, e Mariana Ribeiro, nutricionista do Instituto. Outubro de 2022 foi o prazo limite para as empresas se adequarem às novas normas de rotulagem, oficialmente regulamentadas pela Anvisa em outubro de 2020. Com isso, o objetivo da oficina era conversar com o público não especialista sobre as mudanças que ocorrerão nas embalagens dos alimentos industrializados, em especial, os que levarão os RNF (ver fotos do evento no Anexo 1). Uma parte importante da oficina era a visita a um supermercado, que aconteceu no primeiro dia da atividade e, depois, no segundo dia, a um espaço do Instituto Feira Livre, para demonstrar como o ambiente alimentar também pode influenciar nas nossas escolhas – o supermercado, repleto de ultraprocessados, nos induz a consumir mais desses produtos, enquanto feiras escolhem dar maior destaque aos alimentos *in natura*, ajudando a nos conduzir ao maior consumo deles e torná-los a base da nossa dieta. Atividades como essa são um exemplo de ações voltadas para dialogar com as consumidoras

sobre as pautas defendidas pelo Idec e tentar estabelecer uma conexão entre elas e os enquadramentos do Instituto. Também é a partir de eventos como esse que o Idec se esforça para traduzir pontos mais complexos acerca da alimentação que, embora presente no dia a dia das consumidoras, nem sempre estão nítidos e, assim, sensibilizar as pessoas sobre a importância de questões como a do ambiente alimentar – que o que está sendo colocado em pauta, direta ou indiretamente, quando o Instituto compara o destaque dado pelos supermercados e pelas feiras orgânicas aos diferentes tipos de alimentos.

Sites como o Alimentando Políticas e o OPA também são exemplos: (1) da importância que o Idec enxerga em incluir as consumidoras nos diálogos locais sobre alimentação; (2) de como as ações são pensadas para mobilizá-las; (3) e do potencial de também agirem como atores na sua rede. No Alimentando Políticas, um projeto criado e mantido pelo Idec, a organização consegue condensar em um único espaço todas as principais pautas que defende sobre alimentação, montar um acervo público com documentos que julga ter necessidade de conhecimento público e abrir um espaço de escuta, em que as pessoas que acessaram o endereço podem enviar um *feedback* à organização. No OPA, além de informar a consumidora sobre os tipos de propagandas ilegais e publicar os casos de publicidade enganosa/infantis já documentados, também existe uma parte reservada para que a própria consumidora possa realizar uma denúncia de publicidade que julga ser irregular. Esses ambientes contam com diversos mediadores (e.g. o próprio *site*, as pesquisas científicas) para que as pautas do Idec cheguem até o público leigo. E, ao mesmo tempo, eles têm o potencial de tornar esse público parte da sua rede.

Durante as entrevistas, pude questionar as interlocutoras a respeito de algumas dúvidas que tive após a leitura das fontes escritas. Perguntei, por exemplo, se ao pensar nas campanhas ou tomar decisões sobre quais pautas levar ao debate público, o Idec considerava a visão das consumidoras brasileiras nessas decisões. Em outras palavras, se o maior ou menor interesse das consumidoras sobre determinados assuntos influenciava a agenda do Idec. As respostas foram que, embora a opinião das consumidoras sobre a relevância de uma discussão não seja decisiva para a (não) inclusão dela na agenda da ONG, são feitas pesquisas de opinião para entender qual é a visão das consumidoras sobre hábitos alimentares e políticas públicas voltadas para alimentação, por exemplo. Sobre o uso dessas pesquisas, Júlia* contou: “[...] a gente considera também essas pesquisas de opinião para poder direcionar, elaborar os caminhos, as argumentações, as priorizações para poder ter mais apoio e ter mais sensibilização da população sobre os temas.”. Isto é, as pesquisas feitas com as consumidoras possuem um caráter estratégico para definir como montar suas campanhas, a fim de obter o apoio das espectadoras,

ao invés de simplesmente estabelecer as pautas que farão ou não parte da agenda do Instituto. Assim, o Idec não apenas tenta influenciar as consumidoras a tomarem escolhas alimentares melhores, mas também é influenciado por elas, moldando suas campanhas e diversas outras ações em um formato capaz de chegar até o público não especialista. Ainda sobre a influência das consumidoras na agenda do Idec, Helena* comentou:

Claro que a gente está sempre de olho nisso [a opinião das consumidoras]. Mas algumas pautas, como eu disse para você, talvez não sejam tão óbvias para uma pessoa leiga [...] Por exemplo, a indústria não faz esse discurso [do ambiente alimentar], muito pelo contrário. Então não é um discurso que é muito disseminado, e talvez nem muito claro para as pessoas. Não sei quanto dessa questão do ambiente e do sistema alimentar é simples de ser compreendida [...] Eu acho que esse debate, essa discussão sobre ambiente alimentares, sistemas alimentares, não é algo que chega super para os consumidores. Precisa chegar, até para eles entenderem o porquê da gente falar de tributar produto não-saudável, de rotular melhor, de proibir publicidade, ou restringir publicidade, porque, às vezes, no discurso mais raso, isso parece um absurdo: “E a minha liberdade de expressão?” “Eu não quero pagar a mais por um produto”. São todas questões, à primeira vista, quando a gente fala destes temas, que são complexas de serem digeridas, precisa de uma profundidade de discussão. (Helena*, entrevista 4, 03/11/22).

As demandas feitas pelas associadas do Idec, que têm uma linha direta com o Instituto para denúncias e reclamações, tendem a ser mais voltadas ao contato delas com a alimentação no dia a dia, como o preço abusivo do varejo e coisas do tipo, conforme o relato de Catarina*. Portanto, o Idec entende a importância de estabelecer uma conexão com as consumidoras, mas também reconhece a complexidade de alguns temas, que nem sempre chegam até pessoas que não participam ativamente desses debates, mas que precisam ser discutidos justamente para conseguir alcançar um público que vai além da “bolha” do ativismo alimentar. Quando perguntei se o Idec havia identificado alguma mudança no comportamento das consumidoras ao longo dos anos em relação às preocupações com seus hábitos alimentares – afinal, se houve transformações na agenda do Instituto a partir de todo um contexto (inter)nacional de discussões sobre alimentação, é pouco provável que essas questões não tenham atravessado, de alguma forma, as consumidoras também –, Júlia* respondeu que, alguns pontos que um dia não foram tão evidentes, como os avanços dos ultraprocessados, são questões que começaram a ser percebidas pelas consumidoras, porque elas sentiram o impacto disso no seu dia a dia:

[...] a publicação do Guia Alimentar, o avanço de outras organizações, da conexão dessa agenda de sistemas alimentares que faz com que mais atores estejam falando sobre o tema, e o próprio aumento das doenças crônicas na população faz com que as pessoas fiquem mais atentas a isso. As pessoas tão sofrendo isso no seu dia a dia. (Júlia*, entrevista 1, 13/09/22).

As consumidoras são uma parte essencial do trabalho desenvolvido pelo Idec, seja ele de promoção a alguma pauta do Instituto ou de pressão a algum órgão público. A organização reconhece a centralidade que elas têm tomado nas discussões sobre alimentação, sem esquecer o seu papel de informar e traduzir algumas questões mais complexas de serem entendidas (como o caso da tributação de bebidas açucaradas) e que não são tão disseminadas. Ainda, a entidade entende a dualidade embutida na essência da consumidora de ser agir enquanto um mediador. Da mesma forma que houve mudanças no modo de problematizar a alimentação por parte das organizações de ativismo alimentar, que acompanharam o cenário político e cultural no qual se inserem, o Idec enxerga que essas transformações também aconteceram com as consumidoras, que sentem diariamente os impactos da ascensão dos ultraprocessados nos hábitos alimentares das famílias brasileiras.

5. Considerações finais

Nesta monografia, analisei as transformações que aconteceram dentro da agenda de ativismo alimentar do Idec entre os anos de 2004 e 2019. A partir disso, buscou-se compreender os enquadramentos interpretativos que estruturaram a lógica de ações e estratégias do Instituto e seguir parte dos atores – humanos e não-humanos – que constituem a sua rede sociotécnica. Ou seja, me preocupei em analisar as práticas - em seus aspectos simbólicos e materiais - de ativismo alimentar do Idec no período supracitado.

Ao seguir o rastro de parte dos atores com os quais o Idec se alinhou ao longo dos anos, pude compreender e analisar quais foram as mudanças históricas e sociais que aconteceram no conjunto de compromissos, condutas e estratégias adotadas pelo Instituto em relação à alimentação. Dessa forma, no capítulo 2, mais do que entender *quais* foram as mudanças, mapear os atores e segui-los “sociedade afora” (LATOUR, 2000), busquei enxergar *como* ocorreram essas transformações. Isto é, procurei explicar a partir de quais condições o Idec pôde reunir aliados para problematizar certas questões, de uma forma diferente da que estava fazendo anteriormente. Um dos pontos da argumentação foi que, ao mesmo tempo em que os discursos e a materialidade reunidos pelo Idec atravessam a sociedade e ajudam a produzir significado para terceiros (e.g. outros grupos, seus aliados, consumidoras), o Idec também estava sendo atravessado por esse ambiente, à medida que a realidade produzida por terceiros também afetou o funcionamento da sua rede, o fazendo alterar suas estratégias e ações, se alinhar a novas organizações e demais atores, a fim de fazer a sua agenda avançar.

Uma parte importante ao analisar as mudanças na rede sociotécnica do Idec, foi entender o processo de construção das suas antagonistas. A grande virada entre os anos de 2004 e 2019 na agenda de ativismo alimentar do Instituto acontece quando ele torna os produtos ultraprocessados e, com isso, as empresas responsáveis pela sua produção, suas antagonistas. Afirmar isso não é o mesmo que dizer que esses são os *únicos* problemas e pautas levantadas pela organização, como bem explico ao longo da monografia, mas sim que ela passou a entender essas questões como as mais preocupantes e urgentes de serem discutidas. Assim, no capítulo 3, busquei responder: como o Idec, em conjunto com seus aliados, torna a produção, o consumo e a qualidade de alimentos ultraprocessados um problema? Para isso, direcionei meu o foco à relação do Instituto com a indústria alimentícia e de bebidas açucaradas e com as consumidoras. Mais do que problematizar os ultraprocessados, argumento que o Idec trabalhou para formar alianças e construir práticas (e.g. o *advocacy*, as coalizões com outras organizações de ativismo

alimentar e a construção de materiais para o público não especialista) para, assim, responsabilizar as produtoras desses alimentos pelos efeitos nocivos que tais produtos causam na saúde do corpo humano e no ambiente (e.g. desde a destruição do solo decorrente do plantio de ingrediente até a criação de desertos alimentares que limitam as escolhas dos indivíduos). Para barrar o avanço da indústria, o Idec montou uma série de estratégias de enfrentamento, como a do *advocacy*. Ao olhar para sua rede, observei que grande parte das suas ferramentas de pressão se concentram em cobrar dos órgãos públicos (PORTILHO, 2020) a regulamentação e fiscalização desses alimentos, buscando combater também o discurso neoliberal promovido pelas empresas de que as questões que envolvem alimentação devem ser simplificadas a “escolhas individuais” (OTERO, 2012; 2018).

Por fim, analisei a relação do Idec com as consumidoras por considerar elas atores-chave para entender como as ações do Instituto são construídas. Para explicar isso, ponderei que a partir de certas atuações (e.g. oficinas e eventos abertos ao público não especialista), o Idec aciona mediadores para chegar até essas consumidoras (e.g. guiais, cartilhas, abaixo-assinados) que, se obtido sucesso na aproximação e alinhamento ideológico, se tornam também um ator dentro da sua rede (e.g. participando de consultas públicas e ajudando a entidade a pressionar órgãos públicos). Além disso, existe um esforço por parte da organização de mobilizar esses mediadores para traduzir determinadas questões que julgam ser menos palpáveis para o público não especialista, como a da influência dos ambientes alimentares e a criação de desertos alimentares que impossibilitam escolhas mais saudáveis sobre o que comer, por exemplo. Ou seja, a partir disso pude perceber que as consumidoras desempenham um papel central (PORTILHO, 2020) no ativismo alimentar do Idec, uma vez que a entidade considera ter as consumidoras ao seu lado uma peça fundamental para o seu funcionamento. Se a premissa da organização é justamente defender os direitos das consumidoras brasileiras, que outro ator é mais importante ter “ao seu lado” do que aquele que você afirma proteger?

Realizar todas essas análises por meio da articulação das perspectivas da TAR (LATOURET, 2000; 2012) e dos alinhamentos de molduras interpretativas (BENFORD; SNOW, 2000) permitiu, como já mencionado, que eu explorasse o universo social da organização, não só a partir de uma perspectiva simbólica, mas também da materialidade. Em muitos sentidos, as duas teorias se complementaram. Um exemplo disso é que ambas estabelecem a identificação de uma antagonista por parte das porta-vozes como um dos princípios básicos para formação de um grupo. Enquanto a teoria dos alinhamentos de molduras está mais preocupada em entender os valores em comum que alinham essas pessoas até a formação do grupo e permitem

a ação dele, a TAR expande o universo de atores passíveis de serem seguidos e acompanha o rastro do que está sendo mobilizado nessas práticas para que o alinhamento possa acontecer.

As discussões propostas pelos campos ESCT e da História do Tempo Presente sobre subjetividade na pesquisa e de problematização de uma narrativa única – como se existisse “a” realidade e “o” contexto social e que o nosso trabalho, enquanto pesquisadoras, fosse meramente tomá-los como óbvios e os estudar, como se as escolhas teórico-metodológicas não interferissem nos resultados da pesquisa – foram essenciais para toda a construção do meu problema de pesquisa e análise. Entender minha subjetividade, bem como a subjetividade das minhas fontes, como partes intrínsecas da produção de conhecimento também foi crucial no meu processo de escrita. Com isso, as conclusões do meu trabalho não são as únicas análises possíveis a respeito das transformações na agenda de ativismo alimentar do Idec tampouco já estavam postos em algum lugar à espera para serem “descobertas”, mas são fruto das escolhas que fiz ao longo da pesquisa. Um dos meus principais referenciais teóricos, a TAR, está inserida no campo dos ESCT, e é ela quem orienta boa parte do meu trabalho. No entanto, vale ressaltar a importância das discussões promovidas por historiadoras que se dedicam à História do Tempo Presente (FERREIRA, 2000; 2018), que reivindicam a autoridade e competência da História para olhar para o presente, e que abrem espaço para trabalhos como o meu.

Contudo, não é possível percorrer toda a rede de atores no tempo de escrita de uma monografia. Sendo assim, minha análise possui algumas limitações. Primeiro, devido ao tempo e aos recursos limitados previstos para a escrita de um TCC, não pude seguir uma grande gama de atores “sociedade afora”, como sugere Latour (2000). Minhas entrevistas se limitaram a (ex) funcionárias do Idec que trabalha(ra)m no Programa de Alimentos (ou no que existia dele antes da sua criação em 2015). Uma pesquisa com mais tempo e recursos, poderia prever conversas com atores de organizações associadas, com funcionárias do Idec que trabalham em Programas que dialogam com o de Alimentos, e até mesmo consumidoras que conhecem o trabalho da organização. Outra possibilidade de entrada em campo seria dar maior atenção às disputas que acontecem entre o Idec e os representantes da indústria e entrevistar os atores antagonizados pelo Instituto. Nas minhas fontes, também não pude encontrar nada sobre eventuais tensões internas no que se refere aos focos de campanhas, temas, entre outros. Isto é, a partir da análise dos documentos escritos e das entrevistas, não tive material para argumentar se houve disputas internas sobre o que deveria tomar protagonismo na agenda do Programa ou se as mudanças e estratégias foram tomadas a partir de um consenso.

As transformações na agenda de ativismo alimentar do Idec entre 2004 e 2019 se inserem nas mudanças geracionais do ativismo alimentar no Brasil, observadas por Portilho

(2020). A organização, que antes tinha um foco maior em questões sanitárias e a problematização do uso de agrotóxicos e transgênicos, passa a ter as discussões sobre os riscos da produção industrial no âmago do que levam ao debate público e reorganiza suas alianças para lidar com isso. Essas transformações internas do Idec acontecem concomitantemente com transformação mais amplas, como as que ocorrem no sistema alimentar moderno (BEARDSWORTH; KEIL, 2002), no cenário político brasileiro e nas discussões alimentares feitas por outros atores (inter)nacionais (e.g. publicidade infantil, ambientes alimentares) que ajudam a entidade a adaptar seus discursos e práticas para atender ao que eles enxergam como o maior problema atual da alimentação. Ou seja, o Idec produz significado para a realidade dos atores à sua volta na mesma medida em que esses atores produzem significados para a realidade dele (BENFORD; SNOW, 2000).

Outro ponto importante é que, nessa virada geracional, também podemos perceber a ocupação do centro das discussões sobre alimentação por outros atores sociais, em especial as consumidoras (SCHNEIDER *et al*, 2016; PORTILHO, 2020). Se antes o debate era dominado por especialistas da área da saúde, agora o próprio Idec busca movimentar o seu centro e agregar pluralidade a ele, ficando evidente a partir das associações com organizações voltadas a outros setores que não apenas da alimentação, suas ações presenciais e *on-line* voltadas ao público leigo, entre outras. Mais do que nunca, o que constitui uma alimentação saudável é um objeto de disputas de diversos atores (DAVID; GUIVANT, 2018; 2020; DUARTE, 2021; 2022; POMPEIA; SCHNEIDER, 2021). Uma última contribuição com os argumentos de Portilho (2020) sobre o ativismo alimentar no Brasil é o papel que o Idec atribui a indústria e ao Estado. A organização prefere cobrar de órgãos públicos – como a Anvisa – a regulamentação, tributação e fiscalização dos alimentos ultraprocessados do que das empresas. É a partir de resultados gerados da pressão exercida sobre o Estado que grupos como o Idec conseguem, indiretamente, influenciar determinadas ações da indústria – como a melhora na formulação dos produtos industrializados e ultraprocessados a partir da regulamentação do RNF, mencionada no capítulo 3.

Além disso, seguir os passos de Rosa *et al* (2020) e acompanhar os processos Idec enquanto eles estão em formação e não estabilizados, como também sugere a TAR (LATOUR, 2000), foi essencial para estudar a organização. Com mais de 30 anos de atuação, dezenas de envolvimento em controvérsias, associações dinâmicas com outras organizações e outros atores, o movimento feito pelo Idec ao longo dos anos vai ao encontro do que Rosa *et al* (2020) propõem sobre a importância da instabilidade para o sucesso de organizações, e contra o que propõe a TAR originalmente: que são as redes estáveis que se tornam bem-sucedidas. O esforço

constante de se envolver em atividades, redes e discussões públicas, é o que permite ao Idec a continuar tendo relevância durante todos esses anos, desde a sua criação em 1987. Ainda que estejam sendo feitas estabilizações, com a produção de verdades (e.g. os ultraprocessados como vilões da alimentação saudável), é a rede heterogênea e instável da organização que a torna resistente. E isso é algo que só somos capazes de enxergar quando seguimos a entidade em movimento, enquanto ela constrói sua rede e a si mesma.

Estudar as organizações da sociedade civil, suas agendas e lutas, oferece fontes muito privilegiadas para observar as mudanças sociais, uma vez que elas estão sempre envolvidas e preocupadas com a transformação das relações, das práticas e dos sistemas alimentares. Para isso, é importante expandir nossa imaginação acerca de quem compõe a rede sociotécnica do nosso objeto de pesquisa e sobre quem (ou o quê) pode desempenhar o papel de ator, se articular e ser articulado por essas redes. Reunir os recursos simbólicos com a materialidade nos confere ótimas dicas de como fazer isso.

Como já mencionado, 2019 foi escolhido como o ano final da análise da rede sociotécnica do Instituto em razão da pandemia da covid-19, a qual iniciou no Brasil nos primeiros meses de 2020. Esse cenário exigiu do Idec – e diversas outras instituições da sociedade civil – uma adaptação muito grande da sua agenda em relação ao enfrentamento dos problemas postos pela pandemia (e.g. *lockdown* e distanciamento social, que impediram ações presenciais da entidade, pautas cuja prioridade precisou ser reorganizada) o que tornou avançar a pesquisa, que já tinha um recorte temporal extenso, para além de 2019 uma escolha ambiciosa demais considerando o tempo de execução de uma monografia. Contudo, acredito que a pandemia da covid-19, junto aos desdobramentos políticos e sociais que ocorreram durante ela, principalmente no que se refere às problemáticas envolvendo a alimentação no Brasil (e.g. aumento de pessoas em situação de Insegurança Alimentar, a volta do Brasil para o Mapa da Fome, as discussões sobre Sindemia Global), é um período muito fértil para futuras pesquisas sobre funcionamento e a atuação do ativismo alimentar do Idec e diversas outras organizações da sociedade civil no Brasil.

Fontes

AGÊNCIA BORI. *Explorando as Pautas Alimentares*. Manual. 2022.

BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; MOUBARAC, Jean C.; MONTEIRO, Carlos A. Participação crescente de produtos ultraprocessados na dieta brasileira (1987-2009). *Revista Saúde Pública*, v. 47, n. 4, p. 656-65, 2013.

BORTOLETTO MARTINS, Ana P. (Org.). *Publicidade de alimentos não saudáveis: os entraves e as perspectivas de regulação no Brasil*. 2014a. Caderno.

_____. (Org.). *Redução de sódio em alimentos: uma análise dos acordos voluntários no Brasil*. 2014b. Caderno.

_____. (Org.). *Rotulagem de alimentos e doenças crônicas: percepção do consumidor no Brasil*. 2014c. Caderno.

BRASIL. Ministério da Saúde. *Guia Alimentar para População Brasileira*. 2ª edição. 2014. Guia.

ENTREVISTA. Catarina*, *entrevista concedida à Vitória Giovana Duarte*, no dia 05 de outubro de 2022, no formato *on-line*, através da plataforma MConf, para o TCC “Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019”.

ENTREVISTA. Célia*, *entrevista concedida à Vitória Giovana Duarte*, no dia 22 de setembro de 2022, no formato *on-line*, através da plataforma MConf, para o TCC “Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019”.

ENTREVISTA. Helena*, *entrevista concedida à Vitória Giovana Duarte*, no dia 03 de novembro de 2022, no formato *on-line*, através da plataforma Google Meet, para o TCC “Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019”.

ENTREVISTA. Júlia*, *entrevista concedida à Vitória Giovana Duarte*, no dia 13 de setembro de 2022, no formato *on-line*, através da plataforma MConf, para o TCC “Entre aliados e antagonistas: as transformações no ativismo alimentar na agenda do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec) entre 2004 e 2019”.

FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2022: Repurposing food and agricultural policies to make healthy diets more affordable*. Roma, Itália. Relatório. 2022. Disponível em: <[fao.org/documents/card/en/c/cc0639en](https://www.fao.org/documents/card/en/c/cc0639en)> Acesso em 28 de agosto de 2022.

_____. *The State of Food Security and Nutrition in the World 2014: Strengthening the enabling environment for food security and nutrition*. Roma, Itália. Relatório. 2014. Disponível em: <<https://shre.ink/fao2014>> Acesso em 28 de agosto de 2022.

_____. *Sustainable food systems: Concept and framework*. Resumo Informático. 2018. Disponível em: <fao.org/3/ca2079en/CA2079EN.pdf>. Acesso em 25 de Abril de 2022.

FORÇA-TAREFA DE POLÍTICA FISCAL DE SAÚDE. *Impostos a Favor da Saúde Para Salvar Vidas: adoção de eficazes impostos sobre consumo de tabaco, álcool e bebidas açucaradas*. 2019. Relatório.

IDEC - Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor. *10 Passos para uma Alimentação Saudável*. 2019. Cartilha.

_____. *Entre desertos e pântanos: quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável*. 2019. Cartilha.

_____. *Especial 25 anos*. 2012. Linha do tempo.

_____. *Relatório de atividades 2004*. 2004. Relatório de atividade.

_____. *Relatório de atividades 2005*. 2005. Relatório de atividade.

_____. *Relatório de atividades 2006*. 2006 Relatório de atividade.

_____. *Relatório de atividades 2007*. 2007. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual 2008*. 2008. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual 2009*. 2009. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual 2010*. 2010. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual 2011*. 2011. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual 2012*. 2012. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual de atividades 2013*. 2013. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual de atividades 2014*. 2014. Relatório de atividade.

_____. *Relatório 2015*. 2015. Relatório de atividade.

_____. *Relatório 2016*. 2016. Relatório de atividade.

_____. *Relatório 2017*. 2017. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual do Idec: compramos e lutamos por um mundo melhor 2018*. 2018. Relatório de atividade.

_____. *Relatório anual do Idec 2019*. 2019. Relatório de atividade.

LOUZADA, Maria, L. da C.; BORTOLETTO MARTINS, Ana P.; CANELLA, Daniela S.; BARALDI, Larissa G.; LEVY, Renata B.; CLARO, Rafael M.; CANNON, Geoffrey;

MONTEIRO, Carlos A. Alimentos ultraprocessados e perfil nutricional da dieta no Brasil. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 49, n. 38, p. 1-11, 2015.

MONTEIRO, Carlos. A.; CANON, Geoffrey. The Impact of Transnational “Big Food” Companies on the South: A View from Brazil. *PLoS Medicine*, v. 9, n.7, p. 1-5 jul. 2012.

MONTEIRO Carlos A.; CANNON, Geoffrey; LEVY, Renata; MOUBARAC, Jean-Claude.; JAIME, Patricia; BORTOLETTO MARTINS, Ana Paula.; CANELLA, Daniela; LOUZADA, Maria; PARRA, Diana. NOVA. A estrela brilha. [Classificação dos alimentos. Saúde Pública.]. *World Nutrition*, v. 7, n. 1-3, p. 28-40, 2016.

NILSON, Eduardo A. F., ANDRADE, Rafaella. da C. S.; BRITO, Daniela A. de; OLIVEIRA, Michele L. Custos atribuíveis a obesidade, hipertensão e diabetes no Sistema Único de Saúde, Brasil, 2018. *Revista Panamericana de Saúde Pública*, v. 44, n. 32, p. 1-7, 2019.

PENSSAN - Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar. *II Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da COVID-19 no Brasil*. São Paulo, São Saulo: Fundação Friedrich Ebert: Rede PENSSAN, 2022. Inquérito.

PERES, João. Após pedido do Joio, presidente da Anvisa é obrigado a revelar agenda. E tem Coca lá. *O Joio e O Trigo*. 04 de dezembro de 2018. 2018a. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2018/12/apos-pedido-do-joio-presidente-da-anvisa-e-obrigado-a-revelar-agenda-e-tem-coca-la/>> Acesso em 30 de Novembro de 2022.

_____. Exclusivo: presidente da Anvisa acenou à indústria de alimentos antes de nomeação. *O Joio e O Trigo*. 01 de outubro de 2018. 2018b. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2018/10/exclusivo-presidente-da-anvisa-acenou-a-industria-de-alimentos-antes-de-nomeacao/>> Acesso em 30 de Novembro de 2022.

_____. Novo presidente da Anvisa arma trator em prol da indústria de alimentos. E tem Coca lá. *O Joio e O Trigo*. 26 de setembro de 2018. 2018c. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2018/09/novo-presidente-da-anvisa-arma-trator-em-prol-da-industria-de-alimentos/>> Acesso em 30 de Novembro de 2022.

PERES, João; GEITENS, Juliana. Anvisa: cerca de 90% das reuniões da diretoria são com empresas. *O Joio e O Trigo*. 20 de agosto de 2020. 2020. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2020/08/anvisa-cerca-de-90-das-reunioes-da-diretoria-sao-com-empresas/>> Acesso em 30 de Novembro de 2022.

ZOCCHIO, Guilherme. Organizações cobram Temer, após aceno à indústria de ultraprocessados. *O Joio e O Trigo*. 01 de agosto de 2018. 2018. Disponível em: <<https://ojoioetrigo.com.br/2018/08/organizacoes-cobram-temer-apos-aceno-industria-de-ultraprocessados/>> Acesso em 30 de Novembro de 2022.

Referências

- ALMEIDA, Jalcione; CAMANA, Ângela; FLEURY, Lorena C.; DAVID, Marília L.; PRATES, Camila D.; COELHO, Gabriel B. Em favor das associações: uma homenagem à sociologia de Bruno Latour (1947-2022). *Sociologias*, v. 24, AOP, p. 1-27, 2022.
- AZEVEDO, Elaine de. Alimentação, sociedade e cultura: Temas contemporâneos. *Sociologias*, Porto Alegre, v. 19, n. 44, p. 276–307, 2017.
- AZEVEDO, Elaine de. Alimento Saudável para que/m?. *Geografares*, Vitória, n. 25, p. 105–112, 2018.
- BARBARINI, Tatiana Andrade; MARIO, Camila Goncalves de. Alimentação Saudável, Saúde e Sustentabilidade: um Debate sobre Justiça Social. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, Londrina, v.25, n.1, p. 188-206, jan/abr 2020.
- BAUER, Caroline. S. A Mobilização do relatório Brasil: Nunca Mais nas sugestões encaminhadas pela população à Assembleia Nacional Constituinte. *Varia História*, Belo Horizonte, v. 38, n. 76, p. 227-259, jan/abr 2022.
- BEARDSWORTH, Alan; KEIL, Teresa. *Sociology on the Menu: An invitation to the Study of Food and Society*. London and New York: Taylor & Francis e-Library, 2002.
- BENFORD, Robert D.; SNOW, David. A. Framing Processes And Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, p. 611–39, 2000.
- BLOOR, David. *Conhecimento e imaginário social*. São Paulo: Unesp, 2009.
- BURLANDY, Luciene. A atuação da sociedade civil na construção do campo da Alimentação e Nutrição no Brasil: elementos para reflexão. *Ciência e saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 1, p. 63-72, jan., 2011.
- CASSOL, Abel; SCHNEIDER, Sergio. Produção e consumo de alimentos: novas redes e atores. *Lua Nova*, São Paulo, n. 95, p.143-180, 2015.
- CLIFFORD, James. Sobre autoridade etnográfica. In: _____. *A experiência etnográfica: antropologia e literatura no século XX*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.
- COLLINS, Patricia H. Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro. *Revista Sociedade e Estado*, v. 31, n. 1, jan/abr, 2016.
- DAVID, Marília L. *Certificação de alimentos e práticas científicas: o caso da Sociedade Brasileira de Cardiologia*. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia Política), pela Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2016.
- DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia. S. Uma abordagem sociológica das certificações: o caso do Selo de Aprovação SBC. *Revista Brasileira de Ciências Sociais (online)*, v. 33, p. 11, 2018.

DAVID, Marília L.; GUIVANT, Julia S. Os Padrões de Identidade e Qualidade dos alimentos: uma análise de suas transformações no Brasil. *Revista Mediações (UEL)*, v. 25, p. 247-264, 2020.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

DINIZ, Débora. *Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa*. 2ª ed. rev. Brasília: Letras Livres, 2013.

DUARTE, Vitória G. Disputas públicas acerca da qualidade dos alimentos no Brasil: estudo de caso a partir da Teoria Ator-Rede. *Contraponto*, v. 9, n. 2, p. 40-59, 2022.

DUARTE, Vitória G. (Re)definindo normas alimentares: uma análise da controvérsia sobre a nova rotulagem frontal brasileira. *Revista Todavia*, v. 7, n. 2, ed. 8, p. 176-199, jul/2021.

FERREIRA, Marieta de M. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*, Petrópolis, v. 94, n. 3, p.111-124, maio/jun., 2000.

FERREIRA, Marieta de M. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. *Tempo e Argumento*, v. 10, n. 23, p. 80-108, jan./mar. 2018.

FISCHLER, Claude. A “McDonalddização” dos costumes. In: FLANDRIN, Jean-Louis; MONTANARI, Massimo (Org.). *História da Alimentação*. 9ª ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2018.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, v.5, p.7-41, 1995.

hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. 2ª edição. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. *A Trajetória Histórica da Segurança Alimentar e Nutricional na agenda política nacional: projetos, discontinuidades e consolidação*. Brasília: Rio de Janeiro. Texto para discussão. 2014.

LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

LATOUR, Bruno. *Reagregando o social: uma introdução à teoria do Ator-Rede*. Salvador-Bauru: Ed. EDUSC/EDUFBA, 2012.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. UNICAMP, 1996.

MAIA, Maria Cláudia Zaratini. Breve histórico da proteção do consumidor no Brasil: da ausência de direitos ao Código de Defesa do Consumidor. *Revista JurisFIB*, v. 10 n. 2, p. 115-129, dez. 2020.

MALUF, Renato; MENEZES, Francisco; VALENTE, Flávio. Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. *Cadernos de Debate*, IV, p. 66-88, 1996.

MATIOLI, Victor; PERES, João. *Donos do mercado: como os grandes supermercados exploram trabalhadores, fornecedores e a sociedade*. São Paulo: Elefante, 2020.

MORGADO, Renato P.; GOZETTO, Andrea C. Oliveira. *Guia para construção de estratégias de advocacy: como influenciar políticas públicas*. 1ª ed. Piracicaba: Imaflora, v. 1, 2019.

NESTLE, Marion. *Uma verdade indigesta: como a indústria alimentícia manipula a ciência do que comemos*. São Paulo: Elefante, 2019.

OLIVEIRA, Roberto C. O trabalho do antropólogo: o olhar, ouvir e escrever. *Revista de Antropologia*, v. 39, n. 1, pp. 13-37, 1996.

OTERO, Gerardo. The Neoliberal Food Regime in Latin America: State, Agribusiness Transnational Corporations and Biotechnology. *Canadian Journal of Development Studies*, v. 33, n. 3, 282-294, 2012.

OTERO, Gerardo. *The Neoliberal Diet: Healthy Profits, Unhealthy People*. Texas; University of Texas Press, 2018.

PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda S. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010a, v. 1.

PADRÓS, Enrique S.; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa A.; FERNANDES, Ananda S. (Org.). *A Ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. 2. ed., rev. e ampl. Porto Alegre: Corag, 2010b v. 2.

PENNA, Camila. A relação de parceria entre o INCRA e os movimentos sociais no processo de implementação das políticas de reforma agrária. *Interseções*, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 165-188, jun. 2015.

POMPEIA, Caio; SCHNEIDER, Sergio. As diferentes narrativas alimentares do agronegócio. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, V. 57, p. 175-198, jun., 2021.

PORTILHO, Fátima. Ativismo alimentar e consumo político – Duas gerações de ativismo alimentar no Brasil. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 25, n. 2, p. 411-432, mai. 2020.

POULAIN, Jean-Pierre. Do interesse sociológico pela alimentação às sociologias da alimentação. In: _____. *Sociologias da alimentação*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2004.

PRUX, Oscar I. Os 25 anos do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, sua história e as novas perspectivas para o século XXI. *Revista de Direito do Consumidor*, v. 104, p. 17-63, mar./abr., 2016.

ROSA, Marcelo. C.; PENNA, Camila.; CARVALHO, Priscila. D. Movimentos e estados como coletivos instáveis e heterogêneos: uma agenda teórico-metodológica a partir de três estudos de casos. *CIVITAS*, v. 20, n. 3, p. 299-512, set./dez., 2020.

SANTOS, Manuela M. *Ativismo alimentar: experiências locais de produção e consumo de alimentos em São Paulo*. Dissertação (Mestrado em Ciências), pela Universidade de São Paulo. São Paulo, 2021.

SCHNEIDER, Sergio; SCHUBERT, Maycon; ESCHER, Fabiano. Regimes agroalimentares e o lugar da agricultura familiar - uma apresentação ao debate. *Revista Mundi Meio Ambiente e Agrária*. Curitiba, v.1, n.1, 3, p. 1-20, jan./jun, 2016.

SCRINIS, Gyorgy. *Nutricionism: the science and politics of dietary advice*. New York: Columbia University Press, 2013.

SILVA, Marcelo K.; COTANDA, Fernando C.; PEREIRA, Matheus M. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista Sociologia Política*, v. 25, n. 61, p. 143-164, mar. 2017.

SOARES, Simone de C. *A atuação das ONGs de defesa do consumidor na promoção da alimentação saudável: um embate com a indústria de alimentos no Brasil*. Dissertação (Mestrado em Administração) pela Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2018.

SOLIANI, André. Pobreza volta a crescer no segundo mandato de FHC. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 09 de outubro de 2000. Disponível em: <folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0910200002.htm> Acesso em 05 de agosto de 2022.

TAKAGI, Maya. A implantação do Programa Fome Zero no governo Lula. In: BRASIL. Ministério da Saúde. *Fome Zero: uma história brasileira*. v. 1. Brasília, 2010.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: AVILA, Arthur L. de; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (Org.). *A História (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico*. 1ª ed, v. 1. Vitória: Milfontes, 2019.

Apêndices

Apêndice 1: roteiro das entrevistas

Roteiro I para funcionárias que trabalham nos anos iniciais da pesquisa

A. Perguntas de aquecimento

1. Poderias me contar um pouco sobre a tua formação e como tu começaste a trabalhar no Idec?

1.1 (Se não mencionar): tu lembras em que ano e em qual setor?

B. Organização interna do Idec

2. O Idec atua em outras frentes além da alimentação. Como funcionava essa estrutura organizacional do Instituto? Todas as frentes tinham programas específicos?

3. Como era a organização interna do Programa de Alimentos do Idec?

C. Atores aliados e a agenda de ativismo alimentar do Instituto

4. Na tua experiência, quais costumavam ser as principais estratégias do Idec para pressionar os órgãos públicos a atender suas demandas?

4.1. (Caso não mencione as mudanças): percebeste se houve alguma mudança nessas estratégias ao longo dos anos?

4.2. (Caso não mencione o porquê): na tua experiência, por que isso aconteceu?

5. Na tua experiência, qual eram as principais ou algumas das principais pautas alimentares do Idec naquele momento?

5.1. (Caso não mencione a diferença): como tu achas que elas se diferenciam de pautas anteriores e posteriores do Instituto?

5.2. (Caso não mencione as parceiras): quais eram os principais parceiros do Idec?

D. Idec e a Indústria de ultraprocessados

6. O que tu dirias que o Idec identificava como alguns dos principais problemas da alimentação brasileira?

7. Na tua experiência, como os fabricantes de alimentos costumavam reagir às campanhas e críticas do Idec, principalmente no caso dos alimentos ultraprocessados e outros problemas semelhantes?

8. Na tua trajetória dentro do Instituto, tu observaste se houve alguma mudança na postura da indústria quanto às críticas que recebia – por exemplo, de uma postura mais negacionista para outra que pretende se colocar “ao lado” do consumidor?

9. Como o Idec enxergava a responsabilidade da indústria de alimentos sob a produção e o consumo dos alimentos ultraprocessados?

E. Idec e relação com as consumidoras

10. Quando vocês pensavam as campanhas ou tomavam decisões sobre quais pautas levantar no debate público, vocês consideravam a visão dos consumidores nessa decisão? Para, por exemplo, saber se determinada pauta era algo em que valia a pena “investir”?

10.1 (Se a resposta for sim e ela não mencionar): como esse levantamento era feito? Como vocês faziam para conhecer melhor a visão ou opinião dos consumidores sobre um determinado assunto?

11. Em relação aos consumidores, tu observaste transformações na postura ou demanda dos consumidores quanto à sua alimentação? Por exemplo, tu achas que as pessoas passaram a se preocupar com certas questões que anteriormente não se preocupavam?

12. E quais estratégias o Idec utilizava para convencer os consumidores sobre as pautas ou campanhas que levanta?

12.1. (Caso ela mencione as mudanças): quais adaptações foram necessárias ao longo dos anos?

Apêndice 2: roteiro das entrevistas

Roteiro II para funcionárias que trabalham nos anos finais da pesquisa

A. Perguntas de aquecimento

1. Poderias me contar um pouco sobre a tua formação e como tu começaste a trabalhar no Idec?

1.1 (Se não mencionar): tu lembras em que ano e em qual setor?

B. Organização interna do Idec

2. No Idec vocês atuam em outras frentes além da alimentação. Como funciona essa estrutura organizacional do Instituto? Todas as frentes têm os seus setores?

3. Como é a organização interna do Programa de Alimentos do Idec? Vocês se dividem em outros “subprogramas” ou algo assim?

C. Atores aliados e a agenda de ativismo alimentar do Instituto

4. Na tua experiência, quais têm sido as principais estratégias do Idec para pressionar os órgãos públicos a atender suas demandas?

4.1. (Caso não mencione as mudanças): percebeste se houve alguma mudança nessas estratégias ao longo dos anos?

4.2. (Caso não mencione o porquê): na tua experiência, por que isso aconteceu?

5. Na tua experiência, qual seria a principal ou algumas das principais pautas alimentares do Idec no momento?

5.1. (Caso não mencione a diferença): como elas se diferenciam de pautas anteriores do Instituto?

5.2. (Caso não mencione as parceiras): quais têm sido os principais parceiros do Idec recentemente? Tu lembras quais foram os principais parceiros do Idec em campanhas ou ações sobre alimentação mais antigas?

D. Idec e a Indústria de ultraprocessados

6. O que tu dirias que o Idec identifica como alguns dos principais problemas da alimentação brasileira atualmente?

7. Na tua experiência, como os fabricantes de alimentos costumam reagir às campanhas e críticas do Idec, principalmente no caso dos alimentos ultraprocessados e outros problemas semelhantes?

8. Na tua trajetória dentro do Instituto, tu observas mudanças na postura da indústria quanto às críticas que recebe – por exemplo, de uma postura mais negacionista para outra que pretende se colocar “ao lado” do consumidor?

9. Como tu enxergas a responsabilidade da indústria de alimentos sob a produção e o consumo dos alimentos ultraprocessados?

E. Idec e relação com as consumidoras

10. Quando vocês pensam as campanhas ou tomam decisões sobre quais pautas levantar no debate público, vocês consideram a visão dos consumidores brasileiros nessa decisão? Para, por exemplo, saber se determinada pauta é algo em que vale a pena “investir”?

10.1 (Se a resposta for sim e ela não mencionar): como esse levantamento é feito? Como vocês fazem para conhecer melhor a visão ou opinião dos consumidores sobre um determinado assunto?

11. Em relação aos consumidores, observas transformações na postura ou demanda dos consumidores quanto à sua alimentação? Por exemplo, tu achas que as pessoas passaram a se preocupar com certas questões que anteriormente não se preocupavam?

12. E quais estratégias o Idec tem utilizado para convencer os consumidores sobre as pautas ou campanhas que levanta?

12.1. (Caso ela mencione as mudanças): quais adaptações foram necessárias nos últimos anos? (citar exemplo do Instagram).

Apêndice 3:**Informações sobre as entrevistas**

Nº da entrevista	Nome fictício da entrevista da	Profissão	Data da entrevista	Formato de entrevista	Duração da entrevista	Entrevista foi transcrita	Concedeu autorização para ser citada diretamente
1	Júlia	Nutricionista	13/09/2022	On-line	00:53h	Sim	Sim
2	Célia	Sanitarista	22/09/2022	On-line	00:55h	Sim	Não
3	Catarina	Advogada	05/10/2022	On-line	00:38h	Sim	Não
4	Helena	Nutricionista	03/11/2022	On-line	00:48h	Sim	Sim

Anexos

Anexo 1: fotos da 6ª edição do evento “*Experimenta! Comida, Saúde e Cultura*” do Sesc-SP.

Foto 1: captura de tela da chamada para exibição do documentário, feita pela conta oficial do documentário no Instagram.



Fonte: Instagram Big Food.

Foto 2: captura de tela da chamada para oficina, feita pela conta do NUPENS/USP no Instagram.



Fonte: Instagram NUPENS.

Fotos 3 e 4: sessão de exibição e cartaz do documentário “Big Food: o poder da indústria dos ultraprocessados”.



Fonte: arquivo da autora.



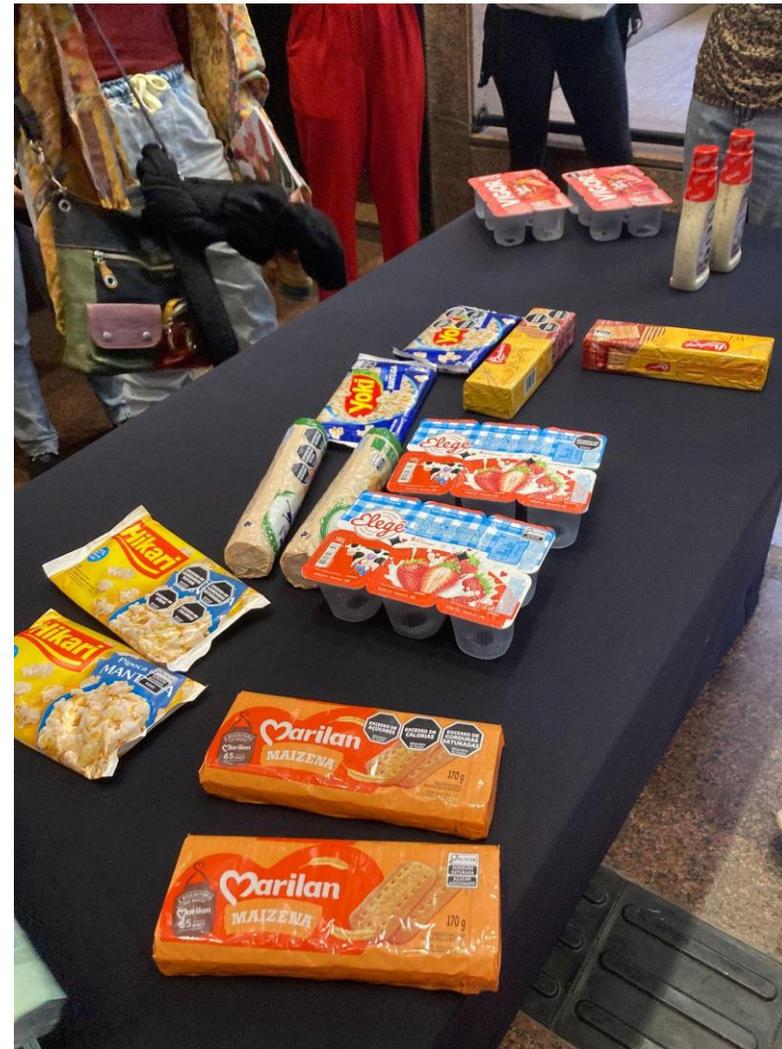
Fonte: Alimentando Políticas³¹.

³¹ Disponível em: <<https://alimentandopoliticas.org.br/2022/05/big-food-cartaz/>> Acesso em 17 de dezembro de 2022.

Fotos 5 e 6: atividade da oficina “De olho no rótulo! Tá sabendo da nova rotulagem de alimentos?”, no Sesc Consolação, em SP.



Fonte: arquivo da autora.



Fonte: arquivo da autora.

Fotos 7: captura de tela da publicação sobre a atividade da oficina “De olho no rótulo! Tá sabendo da nova rotulagem de alimentos?”, feita pela conta da Cátedra Josué de Castro no Instagram.



catedrajosuedecastro



Fonte: Instagram Cátedra Josué de Castro.

Fotos 8 e 9: foto e captura de tela do *story* da conta da Cátedra Josué de Castro no Instagram da atividade da oficina “De olho no rótulo! Tá sabendo da nova rotulagem de alimentos?” no Madrid Supermercados.



Fonte: arquivo da autora.



Fonte: Instagram Cátedra Josué de Castro.

Foto 10: material sobre o Idec distribuído antes da exibição do documentário.



Fonte: arquivo da autora.

Foto 11: programação do evento (à esquerda) e uma versão resumida do “Dossiê Big Food: como a indústria interfere em políticas de alimentação” do Idec (à direita), o primeiro distribuído durante ambas as atividades e o segundo distribuído na sessão de exibição do documentário.



Fonte: arquivo da autora.

